

TVR
N.º 318, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 103/2020
OF 107/2020
MSC 652/2000

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.036, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Maria Rainha da Paz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 467, de 30 de abril de 2015 – RC FM - Rádio Comunitária de Itambé, no município de Itambé - PE;

2 - Portaria nº 648, de 9 de junho de 2015 - Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente, no município de Autazes - AM;

3 - Portaria nº 3.601, de 19 de agosto de 2015 – Rádio Comunitária Nova Lima FM, no município de Nova Lima - MG;

4 - Portaria nº 3.857, de 28 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Manguense de Cultura e Arte, no município de Manga - MG;

5 - Portaria nº 4.370, de 21 de setembro de 2015 - Associação Comunitária A Voz de Quissamã, no município de Quissamã - RJ;

6 - Portaria nº 6.215, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Comunitária dos Moradores de Jaguaretama, no município de Jaguaretama - CE;

7 - Portaria nº 103, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês, no município de São João Del Rei - MG;

8 - Portaria nº 118, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Terra de Getulina, no município de Getulina - SP;

9 - Portaria nº 733, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária, Cultural e Beneficente - Centenário, no município de Tabatinga - SP;

10 - Portaria nº 1.167, de 9 de maio de 2016 - Rádio Comunitária Boa Nova FM, no município de Guarda Mor - MG;

11 - Portaria nº 1.466, de 9 de maio de 2016 - Associação a Voz do Povo a Voz de Deus, no município de Arapiraca - AL;

12 - Portaria nº 1.111, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão Dr. José Baptista Filho, no município de Nova Era - MG;

13 - Portaria nº 1.463, de 7 de junho de 2017 - Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança, no município de Brasilândia - MS;

14 - Portaria nº 1.834, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Alto do Rodrigues e FM Ouro Negro, no município de Alto do Rodrigues - RN;

15 - Portaria nº 1.878, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Radiovida de Botuporã (ACRB), no município de Botuporã - BA;

16 - Portaria nº 1.881, de 7 de junho de 2017 - Associação de Difusão Comunitária de Nísia Floresta, no município de Nísia Floresta - RN;

17 - Portaria nº 1.952, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação de Sapezal, no município de Sapezal - MT;

18 - Portaria nº 1.994, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Comunitária Montessionense de Radiodifusão, no município de Monte Sião - MG;

19 - Portaria nº 2.003, de 7 de junho de 2017 - Associação Beneficente Cultural Comunitária Pereira Barreto, no município de Pereira Barreto - SP;

20 - Portaria nº 2.630, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão Artístico e Cultural de São Gonçalo do Sapucaí, no município de São Gonçalo do Sapucaí - MG;

21 - Portaria nº 4.505, de 28 de setembro de 2017 - Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira, no município de Godoy Moreira - PR;

22 - Portaria nº 6.014, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária Surubinense de Radiodifusão, no município de Surubim - PE;

23 - Portaria nº 7.148, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Artística e Cultural de Desenvolvimento do Setor Marista Sul, no município de Aparecida de Goiânia - GO;

24 - Portaria nº 1.036, de 14 de março de 2018 - Associação Maria Rainha da Paz, no município de Resplendor - MG;

25 - Portaria nº 1.358, de 14 de março de 2018 - ACIR - Associação Comunitária Itaipava de Radiodifusão, no município de Petrópolis - RJ;

26 - Portaria nº 1.361, de 14 de março de 2018 - Comunidade Terceiro Milênio, no município de Patos - PB;

27 - Portaria nº 1.427, de 22 de março de 2018 - Fundação Assistencial Lar da Paz (FALP), no município de Dolores do Indaiá - MG;

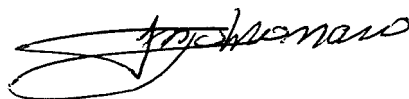
28 - Portaria nº 3.218, de 5 de julho de 2018 - Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida, no município de Acopiara - CE;

29 - Portaria nº 4.183, de 28 de setembro de 2018 - Associação Cultural e Comunitária de Celso Ramos, no município de Celso Ramos - SC;

30 - Portaria nº 4.189, de 28 de setembro de 2018 - Associação Cultural e Artística Amigos de Tamarana, no município de Tamarana - PR; e

31 - Portaria nº 4.190, de 29 de setembro de 2018 - Associação Comunitária e Cultural de Guaraniaçu, no município de Guaraniaçu – PR.

Brasília, 18 de março de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "F. J. M. N. S.", is written over a horizontal line.

Port. 1.086/18



EM nº 00280/2019 MCTIC

Brasília, 20 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.001359/2014-74, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Maria Rainha da Paz, inscrita no CNPJ nº 01.151.511/0001-77, explore pelo prazo de dez anos a contar de 03 de fevereiro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 2148/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1036/2018 de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 1036/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000408/1999 e nº 53000.001359/2014-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2683466** e o código CRC **86F4950C**.

Referência: Processo nº 53000.001359/2014-74

SEI nº 2683466



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34337/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, nº 53000.001359/2014-74.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/09/2019, às 12:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4654287** e o código CRC **1155F295**.

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53000.001359/2014-74
Interessado:	Associação Maria Rainha da Paz
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	01.151.511/0001-77
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	MG
Localidade:	Resplendor
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Num_Tipo	427



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 09/04/2018, às 07:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2828839** e o código CRC **574776EE**.

Referência: Processo nº 53000.001359/2014-74

SEI nº 2828839



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.001359/2014-74**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 14 de agosto de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 14/08/2014, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0086419** e o código CRC **1987DF53**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga.**

Protocolo nº: 53000.001359/2014-74 (Processo de Outorga nº 53710.000408/1999)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicado no DOU DE 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação Maria Rainha da Paz**, sediada na localidade de **Resplendor/MG** tem validade até 03/02/2014, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 29 de janeiro de 2014.


NATALIA FROEMMING
Chefe de Serviço

400 7

SEARC 62

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Ref.: **RADCOM**

Processo nº **RENOVAÇÃO TEMPESTIVA 53710.000 408/1999**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 001359/2014-74

SEAD/ASCE

10/01/2014-09:30

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 01.151.511/0001-77 com sede nesta cidade de **RESPLENDOR – MG** neste ato por sua representante legal **ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS – PRESIDENTE**, entidade autorizada e licenciada para executar serviço de RadCom, Licenciamento expedido em 01.04.2004 com **vencimento em 30.02.2014**, vem em **prazo tempestivo** **REQUERER RENOVAÇÃO DA OUTORGA** para execução do **Serviço de Radiodifusão Comunitária** em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Resplendor – MG, Dezembro de 2013.

ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS
PRESIDENTE

SDCUM
17.2.2

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



CHECK LIST

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.
(Item alterado pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013).

REQUERIMENTO RENOVAÇÃO ^{Anexo 12}	Original	
CHECK LIST	Original	
JURÍDICO		
I – ASSOCIAÇÃO		
CNPJ	Original	
ESTATUTO	Cópia autenticada	
CERTIDÃO DE REGISTRO E AVERBAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA	Cópia autenticada	
ATA ÚLTIMA ELEIÇÃO	Cópia autenticada	
RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO 2013	Original	
CERTIDÕES DE REGULARIDADE JURÍDICA E FISCAL		
NEGATIVA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	Original	
NEGATIVA TRIBUTÁRIA ESTADUAL	Original	
CONJUNTA DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	Original	
CND - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO/INSS	Original	
CRF- CERTIDÃO REGULARIDADE FISCAL/CEF	Original	
II – DOS DIRETORES		
CARTEIRA DE IDENTIDADE / RG	Cópia autenticada	
CPF	Cópia autenticada	
COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Original	
CERTIDÃO NEGATIVA		
CRIMINAL JUSTIÇA ESTADUAL	Original	
CRIMINAL JUSTIÇA FEDERAL	Original	
CRIMINAL JUSTIÇA ELEITORAL	Original	
DECLARAÇÕES		
Subitem 8.1. "f.1" - "f.2" - "f.7" da Norma 01/2011	Original	
Subitem 8.1. "g" Norma 01/2011	Original	
TÉCNICO		
DECLARAÇÃO pelo representante legal atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Original	
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DA ANATEL	Original	

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.151.511/0001-77 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/04/1996
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO MARIA RAINHA DA PAZ			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R OLEGARIO MACIEL	NÚMERO 470	COMPLEMENTO	
CEP 35.230-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RESPLENDOR	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **03/01/2014** às **08:37:34** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art.1 A ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ é uma Associação de direito privado *sem fins econômicos*, constituída por *tempo indeterminado* com sede e foro na cidade de **RESPLENDOR** estado de **MINAS GERAIS**, reger-se-á pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo único – A ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ constituída em 21.03.1996 adquiriu personalidade jurídica com registro no Cartório Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade de Resplendor – MG sob nº. 307 do Livro A-6, fls. 164, em 09.07.1996 e inscrita no CNPJ sob nº 01.151.511/0001-77.

Art.2 A ASSOCIAÇÃO tem por finalidades:

I- *Execução dos serviços de Rádiodifusão Sonora Comunitária com finalidade a dar oportunidade à difusão de ideias, cultura, tradições, hábitos sociais da comunidade, formação, integração e organização comunitária nos aspectos de lazer, cultura e convívio social, prestar serviços de utilidade pública, contribuir para o aperfeiçoamento profissional, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família mediante autorização que lhe outorgada por ato do poder público competente para a execução do serviço de Rádiodifusão;*

II- *Execução dos serviços de Rádiodifusão Sonora de Sons e Imagens na modalidade Canal da Cidadania com finalidade de oportunizar ao indivíduo e comunidade atendida formação crítica para o exercício da cidadania e da democracia, formação e integração para o convívio, tradições e hábitos sociais da comunidade, difusão de ideias, estímulo ao lazer, a cultura, através de programação local e regional com fomento a produção audiovisual independente e prestação de serviços de utilidade pública;*

III- *Congregar o voluntariado através do despertar para a cultura da cooperação, solidariedade, amizade e confiança recíproca no intuito de atingir os objetivos sociais da Associação e comunidade em geral;*

III- *Oferecer mecanismos de formação e integração comunitária nas áreas de convívio social, cultura, direitos constitucionais, educação, entretenimento, esportes, lazer e outros aspectos da vida da população.*

Parágrafo único - A Rádio Comunitária usa nome de fantasia de **RÁDIO COMUNITÁRIA VIDA NOVA**.



1

EM BRANCO



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 3,3 de dezembro de 2013
em testº Patricia Ferreira da Cruz da verdade.

Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



§ 1º A ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ para a consecução de suas finalidades poderá:

- I- executar projetos, programas e planos de ações;
- II- organizar, promover e participar de campanhas institucionais relacionadas com seu campo de atuação, junto à sociedade civil e aos meios de comunicação;
- III- firmar parcerias, convênios e acordos, com entidades congêneres e afins, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, promovendo intercâmbios de interesse mútuo;
- IV- distribuir e vender serviços, produtos e materiais da própria entidade ou de terceiros;
- V- captar, gerir e doar bens e recursos destinados a viabilizar o desenvolvimento das ações relacionadas ao seu objeto social;
- VI- promover estudos, pesquisas e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às suas finalidades, produzidos por si ou por terceiros, divulgando-os por quaisquer meios;
- VII- organizar, realizar, promover ou participar de eventos culturais, debates, congressos, seminários, conferências e cursos em geral;
- VIII- assessorar e prestar serviços de consultoria nas áreas relacionadas ao seu objeto social a organizações públicas e privadas;
- IX- desenvolver outras atividades necessárias ao cumprimento de seus objetivos sociais.

Capítulo II

DOS ASSOCIADOS

Art.3 O quadro social da entidade contará com número ilimitado de associados, pessoas físicas maiores de dezoito (18) anos, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa, divididos nas seguintes categorias:

- I- **Contribuintes:** as pessoas físicas ou jurídicas que façam contribuições financeiras regulares, destinadas à manutenção, operação e ampliação das atividades da Associação.
- II- **Beneméritos:** qualquer pessoa física ou jurídica que ao longo das atividades da Associação venham a contribuir de forma significativa para a expansão e consolidação das suas finalidades.

§ 1º A qualidade de Associado é intransmissível a terceiros.

§ 2º A categoria de associados beneméritos não tem o poder de deliberar acerca da administração e destinos da Associação.

Art.4 O ingresso de associados far-se-á mediante o preenchimento de Requerimento, contendo as seguintes informações:

- I- Indicação da categoria do associado;



[Handwritten signature]

EM BRANCO



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos
do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 23 de Agosto de 2013
em test. Patricia Ferreira da Cr. da verdade.

Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patricia Ferreira da Cr.
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



II- Dados Pessoais: nome, sexo, data de nascimento, estado civil, RG, CPF, endereço residencial, telefones, e-mail.

Art.5 São **deveres** dos associados:

- I- cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- II- respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- III- zelar pelo bom nome da Associação;
- IV- defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- V- tomar parte nas Assembleias Gerais;
- VI- votar para cargos eletivos;
- VII- denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências;
- VIII- honrar pontualmente com as contribuições associativas;
- IX- manter atualizados os dados junto à secretaria da Associação.

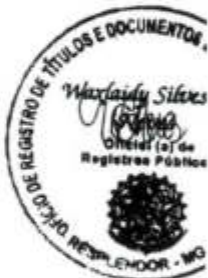
Art.6 São **direitos** dos associados desde que quites com suas obrigações sociais:

- I- votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, desde que pertencentes ao quadro social há mais de um ano e em dia com suas obrigações sociais;
- II- usufruir os benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste estatuto;
- III- recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal;
- IV- convocar órgãos deliberativos justificando convenientemente o pedido, na proporção de um quinto (1/5) dos associados.

Parágrafo único - É direito de o associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

Art.7 A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I- violação do estatuto social;
- II- difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III- atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- IV- desvio dos bons costumes;
- V- conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- VI- falta de pagamento, por parte dos associados contribuintes, de três (03) parcelas consecutivas das contribuições associativas.



[Handwritten signature]
3

EM BRANCO



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 23 de Agosto de 20 13

Em testº Patricia Ferreira da Cruz da verdade.

Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



§ 1º Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de vinte (20) dias a contar do recebimento da comunicação.

§ 2º Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes.

§ 3º Aplicada à pena de exclusão, o associado no prazo de trinta (30) dias contados da decisão de sua exclusão poderá através de notificação extrajudicial apresentar recurso à Assembleia Geral que deliberará em última instância.

§ 4º Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for.

§ 5º O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

§ 6º As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I- advertência por escrito;
- II- suspensão de trinta (30) dias até um (01) ano;
- III- exclusão do quadro social.

Capítulo III

DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS E CONSELHOS

Art.8 São ÓRGÃOS da Associação:

- I- Assembleia Geral
- II- Diretoria Executiva
- III- Conselho Fiscal
- IV- Conselho Comunitário

Seção I

Da Assembleia Geral

Art.9 ASSEMBLÉIA GERAL é o órgão máximo e soberano da Associação, e será constituída em quaisquer dos casos por associados com direito a voto, quites com a entidade e em pleno gozo dos direitos estatutários.

Art.10 Compete a Assembleia Geral:

- I- eleger e destituir os membros da Diretoria e Conselho Fiscal, quando for o caso;



4

EM BRANCO



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 23 de Setembro de 2013
Em testº, _____ da verdade,

Patricia Ferreira da Cruz
Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



- II- deliberar sobre a conveniência de alienar, hipotecar, transigir, ou permutar bens patrimoniais da Associação;
- III- tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- IV- decidir em ultima instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto;
- V- alterar no todo ou em parte, o presente estatuto social;
- VI- deliberar quanto à dissolução da Associação;
- VII- emitir ordens normativas para funcionamento interno da Associação.

Art.11 A Assembleia Geral reunir-se-á **Ordinariamente – AGO** uma vez ao ano, nos primeiros três (03) meses do ano para:

- I- apreciar o Relatório Anual de atividades, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis aprovados pelo Conselho Fiscal;
- II- eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal quando necessário;
- III- quaisquer outros assuntos de interesse social, que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária;
- IV- apreciar situação de associados em ingresso, demissão, exclusão e rejeição.

Art.12 A Assembleia Geral reunir-se-á **Extraordinariamente – AGE** quando convocada:

- I- pelo Presidente;
- II- por um quinto (1/5) dos associados quites com as obrigações sociais;
- III- pelo Conselho Fiscal.

§ 1º A **convocação** para Assembleia Geral será feita mediante edital fixado na sede social da Associação, com antecedência mínima de sete (07) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou.

§ 2º Quando a Assembleia Geral for convocada pelos associados, deverá ser feita através de notificação extrajudicial ao Presidente, que deverá convocá-la no prazo de cinco (5) dias, contados da data de recebimento. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação.

§ 3º O **quórum para instalação** de qualquer Assembleia Geral se dá por associados com direito a voto, quites com a Associação e em pleno gozo dos direitos estatutários em **primeira Convocação**, com a maioria absoluta dos associados e em **segunda convocação**, trinta (30) minutos após a primeira convocação com qualquer número de associados presentes.



[Handwritten signatures]

EM BRANCO



EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



§ 4º Os associados não poderão se fazer representar por procurador.

Art.13 As *deliberações* para quaisquer assuntos tratados nas Assembleias Gerais serão feitas pela *maioria simples dos votos dos presentes* exceto para os assuntos de alteração no todo ou em parte do Estatuto, destituição de administradores e conselheiros e dissolução da Associação que deverão ser tratados na Assembleia Geral Extraordinária - AGE especialmente convocada para esse fim deliberando, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados, e em segunda convocação com qualquer número de associados.

Seção II

Da Diretoria Executiva

Art.14 A DIRETORIA EXECUTIVA, órgão executivo e representativo da entidade eleita pela Assembleia Geral será constituída por quatro (04) membros, os quais ocuparão os cargos de:

- I- **PRESIDENTE**
- II- **VICE-PRESIDENTE**
- III- **SECRETÁRIO**
- IV- **TESOUREIRO.**

Art.15 Compete á Diretoria Executiva

- I- dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social;
- II- cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembleia Geral;
- III- representar e defender os interesses de seus associados;
- IV- elaborar o orçamento anual;
- V- apresentar a Assembleia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
- VI- admitir pedido inscrição de associados;
- VII- acatar pedido de demissão voluntária de associados.

Parágrafo único - As decisões da Diretoria Executiva deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes, na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Art.16 Compete ao **PRESIDENTE**:

- I- *representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;*
- II- convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;



[Handwritten signature]

EM BRANCO

Cópia Xerox Autenticada
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 21.081.088/0001-93
Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos
do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.
Resplendor-MG 23 de Agosto de 2013
em testº Patricia Ferreira da Cruz da verdade.

T.F.J. R\$ 1,00
TOTAL R\$ 4,00

Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVEVA SUBSTITUTA

UFICIO DE NOTAS
RESPLENDOR
Selo de Autenticidade
CONF 09423

EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



- III- convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- IV- juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
- V- organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembleia Geral Ordinária;
- VI- contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;
- VII- criar departamentos que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

Art.17 Compete ao **VICE-PRESIDENTE**:

- I- substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II- prestar de modo geral sua colaboração ao Presidente e desempenhar as funções que o Presidente lhe confiar;
- III- substituir o Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos, inclusive assinando cheques.

Art.18 Compete ao **SECRETÁRIO**:

- I- redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva;
- II- redigir a correspondência da Associação;
- III- manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação;
- IV- dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria.

Art.19 Compete ao **TESOUREIRO**:

- I- manter em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;
- II- assinar em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;
- III- efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos à Associação;
- IV- supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- V- apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;
- VI- elaborar anualmente, a relação dos bens da Associação, apresentando-a, quando solicitado, à Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Em caso de faltas e impedimentos do Presidente ou Tesoureiro por eles declarados compete ao Vice Presidente substituí-los.

Seção III

Do Conselho Fiscal



[Handwritten signature]

EM BRANCO



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 23 de 10 de setembro de 2013

em test. Patricia Ferreira da Cruz da verdade.

Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EMOL. R\$ 3,60
T.F.J. R\$ 1,15
TOTAL R\$ 4,84

EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

Ministério das Relações Exteriores - SCE
Fis. 12
Rubrica 8

Art.20 O Conselho Fiscal, que será composto por seis (6) membros entre titulares e suplente, e tem por objetivo, indelegável, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva da Associação, com as seguintes atribuições:

- I- examinar os livros de escrituração da Associação;
- II- opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiros e contábeis, submetendo-os a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- III- requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- IV- acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V- convocar Extraordinariamente a Assembleia Geral.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal reunir-se-á Ordinariamente, uma vez por ano, na segunda quinzena de janeiro, em sua maioria absoluta, e Extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Associação, ou pela maioria simples de seus membros.

Sub Seção I

Das Disposições Gerais dos Membros da Administração

Art.21 O mandato eletivo dos membros será para o período de *quatro (04) anos*, permitidas reeleições consecutivas.

Art.22 *A responsabilidade, orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente a pessoas naturais brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos e maiores de dezoito (18) anos ou emancipados.*

Art.23 *É vedado participar da administração membros que ocupem cargo eletivo que assegure imunidade parlamentar ou que decorra de foro especial.*

Art.24 A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I- malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II- grave violação deste estatuto;
- III- abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em três (03) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;
- IV- aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação;
- V- conduta duvidosa.



[Handwritten signature]
R

EM BRANCO

Cópia Xerox Autenticada
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 21.081.088/0001-93
Comarca de Resplendor - Minas Gerais
Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos
do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.
Resplendor-MG 23 de Dezembro de 2013
em test., Patricia Ferreira da Cruz da verdade,
Tabelião: Bel. Adelson Junior
Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVENTE SUBSTITUTA

OFÍCIO DE NOTAS
REPLENDOR
Selo de Fiscalização
AUTENTICADA
CGF 09424
B.L. R\$ 3,00
T.F.J. R\$ 1,80
TOTAL R\$ 4,80

EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

Ministério das Comunicações
Fl. 13
Rubrica 4

§ 1º Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva no prazo de vinte (20) dias, contados do recebimento da comunicação.

§ 2º Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de dois terços (2/3) dos presentes, sendo primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

§ 3º Ocorrendo vacância ou renúncia entre os integrantes da Diretoria e Conselho Fiscal a Assembleia Geral reunir-se-á no prazo máximo de trinta (30) dias, após a vacância para eleger novo integrante, ou indicar substituto que então permanecerá no cargo até o fim do mandato.

Art.25 Em caso renúncia o pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria da Associação.

Art.26 *Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas na Associação.*

Art.27 *Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.*

Seção IV

Do Conselho Comunitário

Art.28 A entidade licenciada para o serviço de RadCom deverá instituir o Conselho Comunitário, órgão colegiado com o mínimo de cinco (05) entidades da comunidade local, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, comprovadamente e legalmente constituídas e registradas, com o fim específico de acompanhar a programação da emissora de RadCom, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da Lei nº. 9.612/98, normas e regulamento que regem a matéria.

Art.29 Os membros do Conselho Comunitário denominados *Conselheiros Comunitários* atuam exclusivamente como representantes das entidades pelo período



[Handwritten signatures]

EM BRANCO



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 22 de dezembro de 2013

Em testº, Patricia Ferreira da Cruz da verdade,

Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patricia Ferreira da Cruz
ESCRIVÃO SUBSTITUTA

EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



de seu mandato na instituição que representa, devendo a entidade participante enviar a comprovação de nova eleição e/ou indicação de novo membro para a Associação.

Capítulo IV

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art.30 O patrimônio da Associação será constituído e mantido por:

- I- contribuições mensais dos associados contribuintes;
- II- doações, legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros eventos, desde que revertidos totalmente em benefício da Associação;
- III- aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos.

Capítulo V

DA REFORMA ESTATUTÁRIA

Art.31 O presente estatuto social poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, deliberando, em primeira convocação com voto concorde de dois terços (2/3) dos presentes, e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados.

Capítulo VI

DA DISSOLUÇÃO SOCIAL

Art.32 A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de dois terços (2/3) dos presentes, sendo primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, dois terços (2/3) dos associados.

Parágrafo único - Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade congênere, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante na cidade de Resplendor – MG e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.



EM BRANCO



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 22 de Agosto de 2013

Em test^o Patricia Ferreira da Cruz da verdade,

Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

Ministério das Comunicações - SCE
Fis. 15
Rubrica 4

Capítulo VII DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art.33 O exercício social iniciará em primeiro (01) de janeiro e terminará em trinta e um (31) de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.


Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.34 A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

Art.35 Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembleia Geral.

Este Estatuto composto de 35 – trinta e cinco artigos foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 16.05.2013, revogando disposição contrária e anteriores.

Resplendor – MG, 01 de Outubro de 2013.


ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS
PRESIDENTE

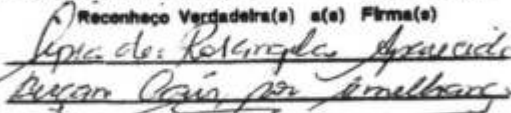
2º OFÍCIO



DRA. PATRÍCIA LANGE GOMES
OAB/MS 5207



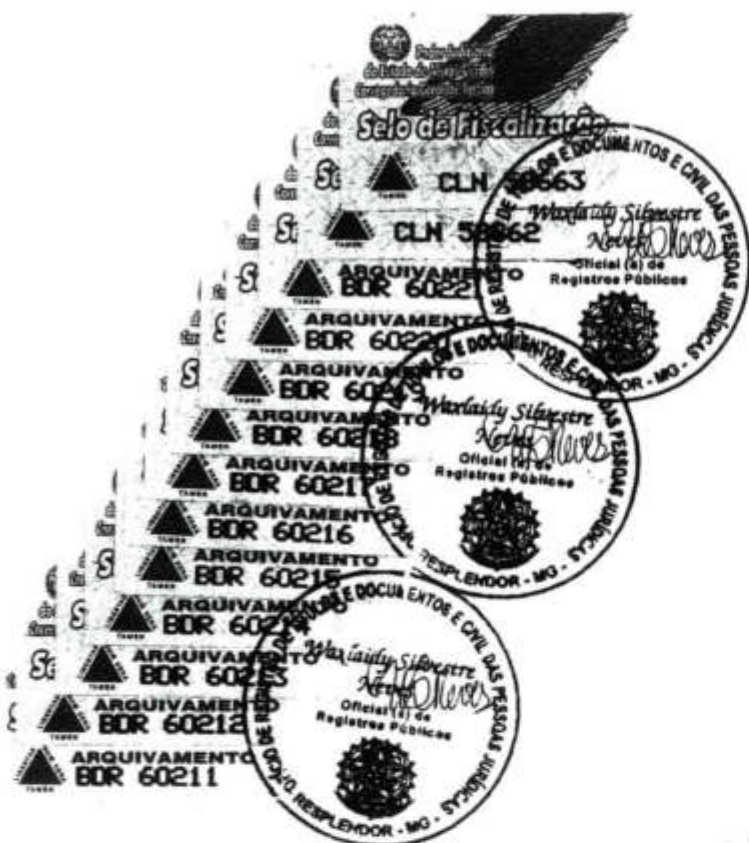
Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BNF 08243
EMOL. R\$ 3,63
FISC. R\$ 1,15
TOTAL: R\$ 4,84

SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS
Tch. Mª Célia Botelho C. Vieira - Tch. Subst. Aut. Carlos C. Vieira
COMARCA DE RESPLENDOR – MINAS GERAIS

Reconheço Verdadeira(s) a(s) Firma(s)


Indicada(s) por uma seta: Dou fé.
Resplendor de 01 de 2013
Em Teste da Verdade.

CGC: 21.061.098/0001-30

Lucélia Santos Costa
Escrevente Autorizada



OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Certifico e dou fé que às fls 97 do livro 8-21 sob o nº 1820 foi feito o Registro e ou Averbação do presente. Documento Protocolado sob nº 006108 fls 269 do livro 1A-02 às 16:00 hs em 03 de dezembro de 2013.
 Em testemunho Waxlaidy da verdade
 Resplendor - MG 03 de dezembro de 2013
 O OFICIAL (A) _____

Waxlaidy Silvestre Neves
 Waxlaidy Silvestre Neves
 Oficial (a) de
 Registros Públicos

Emol R\$ 129,61
 TFJ R\$ 42,91
 Total R\$ 172,32



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 03 de dezembro de 2013
 em testº _____ da verdade,

Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patrícia Ferreira da Cruz
 ESCRIVENTE SUBSTITUTA

EMOL R\$ 1,50
 T.F.J. R\$ 1,15
 TOTAL R\$ 4,84

CERTIDÃO



Waxlaidy Silvestre Neves, Oficial do Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Resplendor, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.

Certifico, a pedido da parte interessada que revendo os Livros deste Cartório a meu cargo e dentre eles os destinados aos Registros Cíveis das Pessoas Jurídicas, verifiquei que no Livro A-06, Fls: 148/ 151, sob o termo de nº 292, foi lançado um registro de um Estatuto da "Associação Maria, Rainha da Paz" apresentado pelo Sr. Elias De Nadai no dia 27/03/1996 às 09:30 hs e protocolado sob nº 1247, fls: 177 Livro A-01 deste Cartório; e na coluna de **AVERBAÇÃO** no dia 04 de dezembro de 2013 foi lançada a alteração do referido Estatuto o qual foi registrado no Livro A-21, fls 97/107, sob o termo de nº 1890, protocolo nº 006108, Livro A-02, fls 269. O referido é verdade. Dou fé. Waxlaidy Silvestre Neves, Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, que escrevi, digitei e assino. Dou fé. Em test^o *[assinatura]* da verdade.

Resplendor (MG), 19 de dezembro de 2013.

[assinatura]
Waxlaidy Silvestre Neves

Oficial(a) de Registros Públicos

Emol R\$ 15,43
TFJ R\$ 5,37
Total R\$ 20,80





Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG de 14 de dezembro de 2013
em test., Patricia Ferreira da Cruz da verdade,

Tabelião: Bel. Adelson Junior

c. MOL R\$ 3,60

T.F.J. R\$ 1,15

TOTAL R\$ 4,84

Patricia Ferreira da Cruz
CREVET - SUBSTITUTA

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

Ministério das Comunicações - MCT
17
4

1. CONVOCAÇÃO DE 30/08/2013 – REFORMA ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DIRETORIA E CONSELHO FISCAL;
2. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 01.10.2013;
3. ESTATUTO;
4. CONVOCAÇÃO DE 07/10/2013 – CONSELHO COMUNITÁRIO;
5. ATA DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE 28/10/2013.

N. Termos,

Resplendor - 116, Novembro de 2013.

Resplendor – MG, Novembro de 2013.

CPF nº 388.430.216-72

Rua Nossa Senhora do Mont Serrat, nº 80 – centro- 35.230-000 / Resplendor/MG

Supra de: Rolușele prăvălă
București, peșteră Ameliorare,

Indicada(s) por uma seta: Deu fé.
Reatando, De de Dezembro de 2013
Em Teste da de Verdade.

IBNS
INSTITUTO BRASILEIRO DE NOTAS E SELOS
CONSEJO NACIONAL DE CONTABILIDADE

SeF
SELO DE FISCALIZAÇÃO
RECONHECIMENTO DE FÉRM.
BNE 08242

EMOL R\$ 3,69

FISC. R\$ 1,15

Volume de Processo Digitalizado Renovação (0091481) SEI 53000.001359/2014-74 / pg. 32

EM BRANCO



Setor de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
PDF 09411

EMOL R\$ 3,69
T.F.J. R\$ 1,15
TOTAL R\$ 4,84

Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 23 de 19 de 2013

em testº _____ da verdade.

Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVENTE SUBSTITUTA


EM BRANCO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS FAZ SABER E CONVOCA todos os associados regularmente admitidos e em dia com suas obrigações sociais para reunir-se em **ASSEMBLÉIA GERAL** de caráter **EXTRAORDINÁRIA**, na sede da entidade a realizar-se no dia **16.10.2013**, às **19h30min** (dezenove horas e trinta minutos) **em primeira convocação** com maioria dos associados e às **20:00** (vinte) horas **em segunda convocação** com qualquer número de associados presentes, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) *Discussão e aprovação de reforma estatutária conforme Novo Código Civil;*
- 2) *Eleição e Posse de Diretoria e Conselho Fiscal;*
- 3) *Outros assuntos de interesse da associação.*

RESPLENDOR – MG, 30 de Agosto de 2013.


ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS
PRESIDENTE



EM BRANCO



Selo de Fiscalização
AUTENTICADO
COPF 09412

Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé

Resplendor-MG 23 de Dezembro de 2013

em testº, Patricia Ferreira da Cruz da verdade

M.O. R\$ 1,69

T.F.J. R\$ 1,15

TOTAL R\$ 4,84

Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

Ministério das Comunicações - SGE
Fis. 19
Rubrica 5

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 01.10.2013

DATA: No dia primeiro (01) do mês de Outubro (10) do ano de dois mil e treze (2013), **HORA:** às vinte horas (20h), em segunda convocação, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os associados em dia com suas obrigações sociais que adiante assinam esta ata. Assumiu a presidência dos trabalhos **ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS** Presidente da entidade secretariada por **LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA**. – Aberta a sessão após verificação do quórum a Presidente apresentou a **ORDEM DO DIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** conforme consta do **Edital de Convocação datado de 30.08.2013** afixado na sede da entidade e Prefeitura e divulgado na emissora de RadCom com a ordem do dia: **1) Discussão e aprovação de reforma estatutária conforme Novo Código Civil; 2) Eleição e Posse de Diretoria e Conselho Fiscal; 3) Outros Assuntos de Interesse da Associação.** **DELIBERAÇÕES:** 1) A Presidente fez um breve resumo das ações desenvolvidas pela diretoria, seguido da informação sobre a necessidade de reforma estatutária para adequar ao Novo Código Civil. Cada associado presente recebeu cópia da minuta do Estatuto Social que foi lido artigo por artigo e achado conforme foi aprovado por unanimidade composto de 35 – trinta e cinco artigos; 2) Em seguida a Presidente passou a eleição e posse dos novos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal nos moldes do novo Estatuto Social aprovado com mandato para **três (03) anos:** a iniciando-se nesta data **01.10.2013** e termino em **01.10.2016**, assim composta:

DIRETORIA EXECUTIVA	
PRESIDENTE	ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS Brasileira, casada, dona-de-casa, RG nº MG-2.908.295SSP/MG, CPF nº 388.430.216-72, Rua Nossa Senhora do Mont Serrat, nº 80 – centro- CEP 35230-000 / Resplendor (MG)
VICE PRESIDENTE	LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA GOMES Brasileira, casada, secretária, RG nº MG-11.936.851SSP/MG, CPF 473.809.006-25, Rua Delvano Antônio da Silva, nº 90 – Bairro São Vicente- CEP35230-000 / Resplendor (MG)
SECRETÁRIA	LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA Brasileira, casada, dona-de-casa, RG nº MG-17.374.891SSP/MG, CPF nº 025.033.516-62, Av. Olegário Maciel, nº 211 – centro- CEP 35230-000 / Resplendor (MG)
TESOUREIRA	LUCIANA CONCEIÇÃO SICUTTI E SOUZA Brasileiro, casado, advogada, RG nº MG-6.440.086 SSP/MS, CPF nº 945.247.776-87, Rua Delvano Antônio da Silva, nº 231 – Bairro São Vicente – CEP 35230-000 / Resplendor (MG)
CONSELHO FISCAL	
CONSELHEIRO TITULAR PRESIDENTE	ELIAS DE NADAI Brasileiro, casado, contador, RG nº M-1.128.979SSP/MG, CPF nº 290.880.386-00, Rua Alfredo Lopes da Silva, nº 231 – centro - CEP35230-000 / Resplendor(MG)
CONSELHEIRO TITULAR	RAQUEL DE ANDRADE PUCCINI VENTURIM Brasileira, casada, dona-de-casa, RG nº M-2.829.921 SSP/MG, CPF nº 026.702.196-83, Rua Antônio Fontes Tavares, nº 60 – Centro – CEP35230-000 / Resplendor (MG)
CONSELHEIRA TITULAR	MANOELA SANTANA DA COSTA Brasileira, solteira, dona-de-casa, RG nº M-6.010.956 SSP/MG, CPF nº 804.599.786-91, Rua Alfredo Lopes da Silva, nº 231 – Centro - CEP35230-

[Assinaturas manuscritas]



EM BRANCO



Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CPF 09415

Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos

Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor MG 23 de dezembro de 2013

test. Patricia Ferreira da Cruz da verdade.

Tabelião: Bel. Adelson Junior

EMOL R\$ 3.69

T.F.J. R\$ 1.15

TOTAL R\$ 4.84

Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVEUR SUBSTITUTA

EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

CONSELHEIRO SUPLENTE	RENATO BALDON QUERUBINO TERRA Brasileiro, casado, autônomo, RG nº MG-6.070.867 SSP/MG, CPF nº 775.240.476-49, Rua Olegário Maciel, nº 912 – apt. 101 - Bairro São Vicente - CEP-35230-000 / Resplendor (MG)
CONSELHEIRO SUPLENTE	LEONARDO TOMAZ DE SOUZA SANTOS Brasileiro, casado, vendedor, RG nº MG-16.134.858 SSP/MG, CPF nº 107.191.826-54, Rua Maria Alves de Souza, nº 10 – Bairro São Vicente-CEP35230-000 / Resplendor (MG)
CONSELHEIRO SUPLENTE	TEREZA MARIA DE CARVALHO SIMÕES Brasileira, casada, professora aposentada, RG nº M-1.009.124 SSP/MS, CPF nº 406.751.306-20, Av. Olegário Maciel, nº 346 – Centro – CEP 35230-000 / Resplendor (MG)

Na sequência cumprindo último item da pauta 3) tratou-se de assuntos variados e a Presidente ainda com a palavra revogou as disposições contrárias e anteriores quanto a Estatuto, Diretoria e Conselho Fiscal. **APROVAÇÃO:** Nada mais havendo a tratar a Presidente suspendeu a assembleia para lavratura da presente ata que depois de digitada foi lida e aprovada segue assinada por mim *x Lucia Helena Monteiro Borba* **LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA** – Secretária, Presidente e demais associados presentes.

x Rosângela Aparecida Berçan Caus
ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS
 Presidente

LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA GOMES *Lucia Maria Candido Garcia Gomes*

LUCIANA CONCEIÇÃO SICUTTI E SOUZA *Luciana Conceição Sicutti e Souza*

ELIAS DE NADAI *Elias de Nadai*

RAQUEL DE ANDRADE PUCCINI VENTURIM *Raquel de A. Puccini Venturim*

MANOELA SANTANA DA COSTA *Manoela Santana da Costa*

RENATO BALDON QUERUBINO TERRA *Renato Baldon Querubino Terra*

LEONARDO TOMAZ DE SOUZA SANTOS *Leonardo Tomáz de Souza Santos*

TEREZA MARIA DE CARVALHO SIMÕES *Tereza Maria de Carvalho Simões*

ANA MARIA GOMES MARTINS *Ana Maria Gomes Martins*

WILLIAN CIRIACO ROSA DA SILVA *Willian C. Rosa da Silva*



EM BRANCO



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 02 de Dezembro de 2013

Teste, Patricia Ferreira da Cruz da verdade.

Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EMOL R\$ 3,84

T.F.J. R\$ 1,15

TOTAL R\$ 4,84

EM BRANCO



CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Tabelião: Bel. Adelson Junior

COMARCA DE RESPLENDOR - MINAS GERAIS

Reconheço POR SEMELHANÇA a(s) Firma(s) de

Lucia Helena Monteiro Barbosa

Bonangelina Aparecida Bergan

Lucia

Indicada(s) por uma seta. Dou fé.

Resplendor 02 de Dezembro de 2013

Teste, Josefina Scarabelli Junior da verdade.

Josefina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EMOL R\$ 7,38

T.F.J. R\$ 0,30

TOTAL R\$ 7,68

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



ORGÃOS ADMINISTRATIVOS

Mandato: 03 anos	
Início: 01.10.2013	Termino: 01.10.2016
DIRETORIA EXECUTIVA	
PRESIDENTE	ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS Brasileira, casada, dona-de-casa, RG nº MG-2.908.295SSP/MG, CPF nº 388.430.216-72, Rua Nossa Senhora do Mont Serrat, nº 80 – centro- CEP 35230-000 / Resplendor (MG)
VICE PRESIDENTE	LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA GOMES Brasileira, casada, secretária, RG nº MG-11.936.851SSP/MG, CPF 473.809.006-25, Rua Delvano Antônio da Silva, nº 90 – Bairro São Vicente- CEP35230-000 / Resplendor (MG)
SECRETÁRIA	LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA Brasileira, casada, dona-de-casa, RG nº MG-17.374.891SSP/MG, CPF nº 025.033.516-62, Av. Olegário Maciel, nº 211 – centro- CEP 35230-000 / Resplendor (MG)
TESOUREIRA	LUCIANA CONCEIÇÃO SICUTTI E SOUZA Brasileiro, casado, advogada, RG nº MG-6.440.086 SSP/MS, CPF nº 945.247.776-87, Rua Delvano Antônio da Silva, nº 231 – Bairro São Vicente – CEP 35230-000 / Resplendor (MG)
CONSELHO FISCAL	
CONSELHEIRO TITULAR PRESIDENTE	ELIAS DE NADAI Brasileiro, casado, contador, RG nº M-1.128.979SSP/MG, CPF nº 290.880.386-00, Rua Alfredo Lopes da Silva, nº 231 – centro - CEP35230-000 / Resplendor(MG)
CONSELHEIRO TITULAR	RAQUEL DE ANDRADE PUCCINI VENTURIM Brasileira, casada, dona-de-casa, RG nº M-2.829.921 SSP/MG, CPF nº 026.702.196-83, Rua Rua Antônio Fontes Tavares, nº 60 – Centro – CEP35230-000 / Resplendor (MG)
CONSELHEIRA TITULAR	MANOELA SANTANA DA COSTA Brasileira, solteira, dona-de-casa, RG nº M-6.010.956 SSP/MG, CPF nº 804.599.786-91, Rua Alfredo Lopes da Silva, nº 231 – Centro - CEP35230-000 / Resplendor (MG)
CONSELHEIRO SUPLENTE	RENATO BALDON QUERUBINO TERRA Brasileiro, casado, autônomo, RG nº MG-6.070.867 SSP/MG, CPF nº 775.240.476-49, Rua Olegário Maciel, nº 912 – apt. 101 - Bairro São Vicente - CEP-35230-000 / Resplendor (MG)
CONSELHEIRO SUPLENTE	LEONARDO TOMAZ DE SOUZA SANTOS Brasileiro, casado, vendedor, RG nº MG-16.134.858 SSP/MG, CPF nº 107.191.826-54, Rua Maria Alves de Souza, nº 10 – Bairro São Vicente- CEP35230-000 / Resplendor (MG)
CONSELHEIRO SUPLENTE	TEREZA MARIA DE CARVALHO SIMÕES Brasileira, casada, professora aposentada, RG nº M-1.009.124SSP/MS, CPF nº 406.751.306-20, Av. Olegário Maciel, nº 346 – Centro – CEP 35230-000 / Resplendor (MG)





OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Certifico e dou fé que às fls 92 do livro 21 sob o nº 1889 foi feito o Registro e ou Averbação do presente Documento Protocolado sob nº 006107 fls 269 do livro A-02 às 16:00 hs em 03 de dezembro de 2013
Em testemunho Waxlaidy da verdade
Resplendor - MG 03 de dezembro de 2013
O OFICIAL (A) _____

Waxlaidy Silvestre Neves
Oficial (a) de
Registros Públicos

Emol R\$ 103,15
TFJ R\$ 34,37
Total R\$ 137,52



Cópia Xerox Autenticada
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 21.081.088/0001-93
Comarca de Resplendor - Minas Gerais
Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.
Resplendor-MG 03 de dezembro de 2013
Em test., Patricia Ferreira da Cruz da verdade.
Tabelião: Bel. Adelson Junior
Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EMOL R\$ 3,60
T.F.J. R\$ 1,15
TOTAL R\$ 4,84

CONSELHO COMUNITÁRIO

RELATÓRIO ANUAL EXERCÍCIO 2013

Este Conselho Comunitário reunido na sede da entidade, em Resplendor, MG, em vinte e oito (28) dias do mês Outubro (10) do ano de dois mil e treze (2013), às dezenove horas (19h), em atribuição conferida pelo Estatuto Social com fim específico de acompanhar a programação da emissora de RadCom com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da Lei 9.612/98, normas e Regulamento que rege a matéria do Serviço de RadCom por seus membros adiante assinados relata e delibera: - Adotou-se como mecanismos de controle: **1) a grade de programação de emissora; 2) escuta da programação; 3) consulta informal junto aos ouvintes e apoiadores culturais da emissora; 4) Livro de sugestões e reclamações dos ouvintes.** – Em matéria de deliberação no conjunto de mecanismos apreciados verificou-se que a emissora funciona diariamente no horário informado e contempla os princípios e finalidades da lei para a qual foi criada, o conteúdo da programação atinge todos os segmentos da comunidade observados pelo índice de aceitação e audiência. A programação 2013 definida a partir do foco centrado na realidade comunitária local, atende integralmente os interesses da comunidade atendida através de programação que contempla a cultura local e o compromisso com a cidadania bem como proporciona interatividade com a comunidade de ouvintes. **Desta forma os membros deste conselho para os devidos fins legais aprovam a Grade de Programação abaixo e os atos pertinentes de seus diretores exercidos na programação.**

GRADE DE PROGRAMAÇÃO

SEGUNDA À SEXTA-FEIRA		
05h	SERTANEJÃO 1ª Edição	Musical sertanejo e regional, Hora certa, divulgação das atividades das entidades locais, utilidade publica
06h	AMANHECER COM JESUS	Mensagem do dia com oração, transmitindo a paz e a harmonia a todos da comunidade e das famílias
07h	INFORMATIVO 1ª EDIÇÃO	Informativo geral, c/ as principais notícias do dia, economia, cultura, comunidade, município, região e boletim meteorológico
08h	BOM DIA COMUNIDADE	Programação Musical, com participação do ouvinte por telefone, com prestação serviços à comunidade, hora certa, giro de notícias, informativo meteorológico, mensagem do dia, divulgação de atividades locais, notícias locais.
11h	CONTIGO ESTOU	Momento de valorização pessoal para controle do equilíbrio emocional e resgate da vida em família e comunidade.
12h	INFORMATIVO 2ª EDIÇÃO	Noticiário c/ as principais notícias do dia, informativo econômico, cultural, ilustrado com notícias e reportagens da comunidade, do município, região, estado e nacional, entrevistas e boletim meteorológico.
13h	CLUBE DO OUVINTE	Variedade musical, nele o ouvinte interage por telefone, e-mail e inserido os quadros: prestação de serviços à comunidade, hora certa, giro de notícias, boletim meteorológico, parabéns a você, dicas de saúde, para donas de casa, boas maneiras, de beleza, curiosidades, vida em comunidade – divulgação das atividades das entidades locais, notícias locais
17h	SERTANEJÃO 2ª Edição	Musical Sertanejo e regional, utilidade publica, participação do ouvinte e hora certa
19h	VOZ DO BRASIL	Programa Obrigatório com informações dos poderes executivo, judiciário e legislativo
20h	AUTOMATICO 87.9	Musical variado e hora certa

Assinatura
Pais
M. B. B.

SÁBADO		
05h	SABADÃO SERTANEJO	Musical sertanejo e regional, hora certa
06h	NOVA MANHÃ	Mensagem do dia, com oração, com mensagem de amor, paz e harmonia, musical para meditação
07h	INFORMATIVO 1ª Edição	Noticiário rápido apenas c/ pequenos tópicos das principais notícias locais e nacionais, apresenta para os ouvintes as principais notícias de interesse da comunidade, boletim meteorológico.
07h10	ENCONTRO MARCADO	Assuntos diferenciados e específicos sobre temas variados e atuais, participação do ouvinte
08h	SABADO JOVEM	Musical Jovem, com participação do ouvinte, com sorteio de brindes, mensagem do dia, hora certa e informações variadas.
11h	ESPECIAL MUSICAL	Cada sábado um especial diferente
14h	SABADO VIDA	Programação Musical, participação musical, alegria, levando paz aos ouvintes
17h	INFORMATIVO 2ª Edição	Noticiário rápido apenas com pequenos tópicos das principais notícias locais e nacionais.
17h10	SERTANEJO ESPECIAL	Programa sertanejo com muita musica variadas, destacando a musica regional e hora certa e a prestação de serviços
19h	AUTOMATICO 87.9	Musical variado e hora certa.
DOMINGO		
05h	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	Musical variado e hora certa
07h 08h	MISSA DOMINICAL	Transmissão direto da Igreja Matriz de Santana
08h	BOM DIA COMUNIDADE	Programa interativo que traz muita música, informação, brincadeiras, entrevistas e prestação de serviços
11h	DOMINGO ESPECIAL	Musicalidade para hora do almoço levando paz aos ouvintes
14h	DOMINGO EM FAMILIA	Musicas voltada paras as famílias, animação, participação do ouvinte, hora certa, mensagens para as famílias.
17h	AUTOMATICO 87.9	Musical variado e hora certa

Marli Maria de Oliveira
AAMAP/ MARLI MARIA DE OLIVEIRA

Wallace Jefferson Rocha Gomes
C. R. C/ WALLACE JEFFERSON ROCHA GOMES

Euler Sebastião Rodrigues
RECANTO DA DIGNIDADE/EULER SEBASTIÃO RODRIGUES

Wesley de Oliveira Rocha
SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO/ WESLEY DE OLIVEIRA ROCHA

Gregório Venturim de Souza
JUSP/GREGÓRIO VENTURIM DE SOUZA



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

A Secretaria Municipal de Fazenda certifica, atendendo pedido de pessoa interessada que, revendo os arquivos desta Prefeitura foi constatado que, a **ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ, CNPJ: 01.151.511/0001-77**, não se encontra inscrito como devedor para com a Fazenda Municipal, até a presente data.

Certifica ainda, com o fulcro no Artigo 282 da Lei Complementar 001/2001, ressaltando à Municipalidade do direito de reclamar possíveis débitos em decorrência de levantamentos, apurações fiscais. (grifo nosso).

Por ser verdade e para que se produza os devidos fins, fez-se digitando a presente certidão, válida por 90 (noventa) dias, que vai devidamente datada e assinada.

Prefeitura Municipal de Resplendor/MG, aos 12 dias do mês de dezembro de 2013.


CLEVERSON ASSIS PORTO
SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA

			SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS		
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa			CERTIDÃO EMITIDA EM: 03/01/2014		
			CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 03/04/2014		
NOME: ASSOCIACAO MARIA RAINHA DA PAZ					
CNPJ/CPF: 01.151.511/0001-77					
LOGRADOURO: RUA OLEGARIO MACIEL			NÚMERO: 470		
COMPLEMENTO:		BAIRRO: CENTRO		CEP: 35230000	
DISTRITO/POVOADO: --		MUNICÍPIO: RESPLENDOR		UF: MG	
<p>Certificamos não haver débito de responsabilidade do interessado acima identificado, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual vir a constituir e cobrar novos créditos tributários que ainda não foram apurados ou lançados até esta data. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.</p>					
IDENTIFICAÇÃO		NÚMERO DO PTA		DESCRIÇÃO	
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na internet, página da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (http://www.fazenda.mg.gov.br).					
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2014000048270827					

Comunicações - SUE
25
8



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO MARIA RAINHA DA PAZ
CNPJ: 01.151.511/0001-77

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 08:59:03 do dia 03/01/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/07/2014.

Código de controle da certidão: **9767.0766.B401.F079**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA

**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS**

Nº 001052013-11024511

Nome: ASSOCIACAO MARIA RAINHA DA PAZ

CNPJ: 01.151.511/0001-77

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 11/12/2013.

Válida até 09/06/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 01151511/0001-77**Razão Social:** ASSOCIACAO MARIA RAINHA DA PAZ**Endereço:** RUA OLEGARIO MACIEL 470 / CENTRO / RESPLENDOR / MG / 35230-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/12/2013 a 09/01/2014**Certificação Número:** 2013121109185922817774

Informação obtida em 03/01/2014, às 09:12:14.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**ANATEL**

Agência Nacional de Telecomunicações

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL****Nome:** ASSOCIACAO MARIA, RAINHA DA PAZ**CNPJ:** 01.151.511/0001-77

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:44:08 do dia 03/01/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/02/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG de 20.12.2005 de 20.12.2005 da verdade, em test.

Tabelião: Bel. Adelson Junior
Rosângela Aparecida Bercam Caus
ESCREVENTE SUBSTITUTA



Ministério das Comunicações
Fls. 31
Rubrica 4
BOL

ROSENGEIA APARECIDA HERCULAN CARLS

388 430 216 723

13-06-59

Resplendor, nascida Resplendor Louro

62800/4021

03/10/66

AGENCIA DA RECEITA
FEDERAL EM AMORES

D. P. F.
E. VALADARES

ARF - AMORES

Idem: c/Resplendor, nascida
TFR. Mat. 1.128.162-8

Cópia Xerox Autenticada
 CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
 CNPJ: 21.081.088/0001-93
 Comarca de Resplendor - Minas Gerais
 Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos
 do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.
 Resplendor-MG de março de 2013
 em test. da verdade,
Patricia Ferreira da Cruz
 Tabelião: Bel. Adelson Junior

1º OFÍCIO
RESPL
MINAS GERAIS

Selo de Fiscalização
 AUTENTICAÇÃO
 88x383

EMOL R\$ 3.69
 T.F.J. R\$ 1.15
 TOTAL R\$ 4.84



Distribuição S.A.

www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedo 29810

Fale com a Cemig 116

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

AGNALDO CAUS
RUA NOSSA SENHORA DO MONTE SERRAT 80 AP 301
CENTRO
35230-000 RESPLENDOR, MG
CPF 290.865.906-91

Referente a
SET/2013
Código de Débito Automático:
000036455426

Nº DO CLIENTE
7003340943

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 001594392 - PTA Nº 16.000114527.70

Classe	Subclasse	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Residencial Trifásico	Residencial	ANTERIOR 07/08	ATUAL 06/09	PRÓXIMA 07/10	EMIÇÃO 10/09	APRESENTAÇÃO 16/09	3003645542

Informações Técnicas				Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Tipo de Medição Energia kWh	Medição AH0027002091	Leitura Anterior 48.789	Leitura Atual 49.071	1	282

Informações Gerais

Tarifa vigente conforme Res Anel nº 1.507, de 05/04/13
Leitura realizada conf. calendário de faturamento
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.
Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes
(multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no
vencimento das mesmas.

Descrição

Energia Elétrica kWh

Contrib. Custo de Fluxo

Energia Elétrica kWh

A partir de 2014 vigorará o sistema
amarelo e vermelho, quando o cliente
vigorar a bandeira vermelha, a qu
Mais informações em www.anelg

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, AP

274-682996211-4

06/10/2013

HORA DE 14:38:48

11.12720-0
SERIALIDADE: RESPLENDOR
VINCULADA: 0704

TERM 013425

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
CEMIG DISTRIBUICAO S/A

DE DO PAGAMENTO: 100,72

836900000016 00/201300070
604766496116 900364554261

274-682996211-4

Indicadores de Qualidade de Fornecimento

Resplendor		Valores Permitidos:			
Mês: 07/2013					
	Apurado Mensal	Mensal	Trimestral	Anual	
DIC	0,00	5,91	11,82	23,64	
FIC	0,00	3,23	6,47	12,95	
DMIC	0,00	3,46	-	-	
DICRI	0,00	12,22	-	-	
Tensão: Nominal=220/127 V Min.=201/118 V Máx.=231/133 V					
Valor Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$33,62					

Informações de Faturamento

Parcelas	Valor R\$	%	Parcelas	Valor R\$	%
Energia	31,89	21,85	Ene. Setorials	8,87	6,02
Distribuição	52,79	35,83	Tributos	49,48	33,56
Transmissão	4,30	2,92	Total	147,33	100,00

Histórico do Consumo

Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias de Faturamento
SET/13	282	9,40	30
AGO/13	289	8,76	33
JUL/13	182	6,50	28
JUN/13	395	13,17	30
MAT/13	328	9,94	33
ABR/13	443	15,28	29
MAR/13	570	19,66	29
FEV/13	386	13,79	28
JAN/13	581	17,61	33
DEZ/12	477	16,45	29
NOV/12	513	16,55	31
OUT/12	362	11,31	32
SET/12	281	9,37	30

VENCIMENTO

01/10/20

Reservado ao Fisco

6D86.1A43.54C8.7179.185B.2113.0C80.35B9

Base de cálculo(R\$)	ICMS Aliquota(%)	Valor(R\$)	PASEP (R\$)	COFINS (R\$)
147,33	30	44,20	0,94	4,34



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE RESPLENDOR
JUIZADO ESPECIAL

FL(s). 001 de 001

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

ROSANGELA APARECIDA BERCAM CAUS

RG: 2900295/MG

DATA NASCIMENTO: 13/04/1959

PAI: ANTONIO BERCAM

MÃE: SELZA MARIA BERCAM

RESPLENDOR, 19 de DEZEMBRO de 2013 - 16:14:44

CLAVIO MARTINS MONECCHI
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL-JESP CÍVEL/CRIME
R. MORAIS CARVALHO, 474 BAIRRO: CENTRO CEP: 35230000
RESPLENDOR - MINAS GERAIS



TJMG - COMARCA DE RESPLENDOR
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

ROSANGELA APARECIDA BERCAM CAUS

RG: 2908295/MG

DATA NASCIMENTO: 13/04/1959

PAI: ANTONIO BERCAM

MÃE: GELZA MARIA BERCAM

RESPLENDOR, 19 de DEZEMBRO de 2013 - 16:09:22

FLAVIO MARTINS MONELCHI
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTA DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM DR. AMÉRICO MARTINS DA C
R. MORAIS CARVALHO, 474 BAIRRO: CENTRO CEP: 35230000
RESPLENDOR - MINAS GERAIS



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais, Fiscais
e JEF (Cível e Criminal)

Nº 1955

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

ROSANGELA APARECIDA BERCAM CAUS, ou vinculado ao **CPF: 388.430.216-72**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (www.jfmg.jus.br), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;
 - Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;
 - Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;
 - Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;
 - Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;
 - Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;
 - Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;



Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;
 Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
 Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
 Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
 Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
 Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
 Subseção Judiciária de Unai(MG) = Unai/MG;
 Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
 Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
 Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;

Belo Horizonte/MG, 09h39, 03/01/2014.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
 CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
 Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais e JEF

Nº 1956

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

ROSANGELA APARECIDA BERCAM CAUS, ou vinculado ao **CPF: 388.430.216-72**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;
 - Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;
 - Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;
 - Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;
 - Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;
 - Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;
 - Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;
 - Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;



Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
Subseção Judiciária de Unai(MG) = Unai/MG;
Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;

Belo Horizonte/MG, 09h39, 03/01/2014.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **ROSANGELA APARECIDA BERCAM CAUS**
Inscrição: **041407780248** Zona: 233 Seção: 21
Município: 50857 - RESPLENDOR UF: MG
Data de Nascimento: 13/04/1959 Domiciliada desde: 15/04/1986
Filiação: GELZA MARIA BERCAM
ANTONIO BERCAM

Certidão emitida às 15:07 de 07/01/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **L/ZI.2R+C.PMIY.RTMB**

Ministério do
40
4
Comunicações - SGE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-17.374.891 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/02/2008

NOME LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA

FILIAÇÃO SEBASTIAO GARCIA MONTEIRO IRENI CANDIDA MONTEIRO

NATURALIDADE RESPLENDOR-MG DATA DE NASCIMENTO 7/6/1958

DOC. ORDEM CAS. LV-1-BAUX FL-6V QUATITUBA-MG

Assaut
NILMA REIS SANTOS
Cópia Xerox Autenticada



CNPJ: 21.081.088/0001-93
Comarca de Resplendor - Minas Gerais
Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos
do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.
Resplendor-MG 13 de 19 de setembro de 2013
Em testº, da verdade,
Adelson Junior
Tabelião: Bel. Adelson Junior

CMOL R\$ 3,80
I.F.J. R\$ 1,15
TOTAL R\$ 4,84

Ministério das Comunicações - SGE
41
Rubrica 8

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

Lucia Helena Monteiro Borba

LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA

S
E
R
P
R
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 05/09/93

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA

Nº de inscrição

025033516-62

Data do Nascimento

07/06/58

CPF Autenticado

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 13 de 09 de 2013

Em testº da verdade;

Adelson Junior
Tabellão; Bel. Adelson Junior

Setor de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CPF 09320

EMOL R\$ 3,68

T.F.J. R\$ 1,15

TOTAL R\$ 4,84



Distribuição S.A.

www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedão 29810

Fale com a Cemig 116

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

WILSON INACIO BORBA
AV OLEGARIO MACIEL 211 AP 101
CENTRO
35230-000 RESPLENDOR, MG
CNPJ 18.091.181/0001-74

Referente a
OUT/2013
Código de Débito Automático:
000011562741

Nº DO CLIENTE
7005746943

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 002424817 - PTA Nº 16.000114527.70

Classe	Subclasse	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Residencial Bifásico	Residencial	ANTERIOR 11/09	ATUAL 10/10	PRÓXIMA 11/11	EMIÇÃO 14/10	APRESENTAÇÃO 18/10	3001156274

Informações Técnicas					
Tipo de Medição Energia kWh	Medição APC099014082	Leitura Anterior 16.048	Leitura Atual 16.324	Constante de Multiplicação 1	Consumo kWh 276

Informações Gerais
Tarifa vigente conforme Res Anel nº 1.507, de 05/04/13.
Leitura realizada conf. calendário de faturamento.
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.
Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes
(multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no
vencimento das mesmas.
Há débitos anteriores.

COBAN: 55520 LOJA: 0001 PDV: 0003
03/12/2013 BANCO DO BRASIL 15:25:26
045835420 0284
13,39
2,94
3,92
COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA
00000
CONVENIO: CEMIG DISTRIBUICAO
83500000001 65620138004 30509102011 00011562741
NR. DOCUMENTO 10.33
CONVENIO 96.462
A DO PAGAMENTO 03/12/2013
VALOR DO PAGAMENTO 165,62
NR. AUTENTICACAO 0.25B.E19.ED3.0CC.331
preço Valor (R\$)
179520 145,37
pa adicional. As bandeiras
e geração. No mês de 10/2013
r da tarifa, líquido de tributos.

Indicadores de Qualidade de Fornecimento

Resplendor
Mês: 08/2013

Apurado Mensal	Mensal	Trimestral	Anual
DIC 0,00	5,91	11,82	23,64
FIC 0,00	3,23	6,47	12,95
DMIC 0,00	3,46	-	-
DICRI 0,00	12,22	-	-

Tensão: Nominal=220/127 V Min.=201/116 V Máx.=231/133 V
Valor Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$58,20

Informações de Faturamento

Parcelas	Valor R\$	%	Parcelas	Valor R\$	%
Energia	31,21	21,47	Enc. Setoriais	8,66	5,97
Distribuição	51,67	35,54	Tributos	49,60	34,12
Transmissão	4,21	2,90	Total	145,37	100,00

Histórico do Consumo

Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias de Faturamento
OUT/13	276	9,52	29
SET/13	281	8,78	32
AGO/13	315	10,16	31
JUL/13	265	9,46	28
JUN/13	273	9,10	30
MAI/13	343	10,39	33
ABR/13	307	10,59	29
MAR/13	365	13,52	27
FEV/13	235	7,83	30
JAN/13	304	9,21	33
DEZ/12	252	8,09	29
NOV/12	360	10,91	33
OUT/12	313	10,79	29

VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
04/11/2013	R\$ 165,62

Reservado ao Fisco
2113.ACFB.7F64.3E6D.719B.FEAA.2DB4.8003

Base de cálculo(R\$)	ICMS Aliquota(%)	Valor(R\$)	PASEP (R\$)	COFINS (R\$)
145,37	30	43,61	1,07	4,92

NOTIFICAÇÃO DE CONTA(S) VENCIDA(S) / DÉBITO(S)
Até 14/10/2013 constava(m) o(s) seguinte(s) débito(s) vencido(s):

Mês/ano	Valor (R\$)	Débitos que sujeitam ao corte, conforme abaixo:
09/2013	165,09	Previsão de Corte 01/11/2013

A religação estará condicionada à inexistência de débitos vencidos na unidade consumidora.

Endereço: CEMIG - 8800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.



TJMG - COMARCA DE RESPLENDOR
JUSTIÇA COMUM

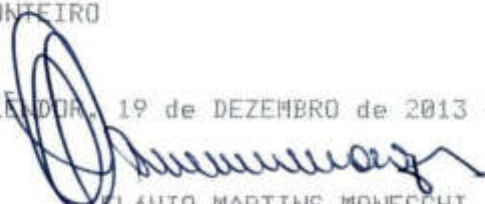
CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

LUCIA HELENA MONTEIRO BÔRBA
RG: 17374891/MG
DATA NASCIMENTO: 07/06/1958
PAI: SEBASTIAO GARCIA MONTEIRO
MÃE: IRENI CANDIDA MONTEIRO

RESPLENDOR, 19 de DEZEMBRO de 2013 - 16:15:45



FLAVIO MARTINS MONECCHI
ESCRIVÃO(D) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM DR. AMÉRICO MARTINS DA C
R. MORAIS CARVALHO, 474 BAIRRO: CENTRO CEP: 35230000
RESPLENDOR - MINAS GERAIS



CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, HAVER CONTRA:

LÚCIA HELENA MONTEIRO BORBA

Processo	Distribuição	Classe
054307000833-8 0008338-05.2007.8.13.0543 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	13/05/2004	DEMARCATÓRIA
054307000832-0 0008320-01.2007.8.13.0543 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	10/09/2003	ORDINARIA

RESPLENDOR, 19 de DEZEMBRO de 2013 - 16:15:27


FLAVIO MARTINS MONECCHI
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM DR. AMÉRICO MARTINS DA C
R. MORAIS CARVALHO, 474 BAIRRO: CENTRO CEP: 35230000
RESPLENDOR - MINAS GERAIS



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais, Fiscais
e JEF (Cível e Criminal)

Nº 1972

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA, ou vinculado ao **CPF: 025.033.516-62**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;
 - Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;
 - Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;
 - Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;
 - Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;
 - Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;
 - Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;



Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;
 Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
 Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
 Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
 Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
 Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
 Subseção Judiciária de Unai(MG) = Unai/MG;
 Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
 Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
 Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;

Belo Horizonte/MG, 09h43, 03/01/2014.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
 CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
 Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais e JEF

Nº 1973

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA, ou vinculado ao **CPF: 025.033.516-62**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;
 - Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;
 - Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;
 - Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;
 - Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;
 - Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;
 - Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;
 - Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;



Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
Subseção Judiciária de Unaí(MG) = Unaí/MG;
Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;

Belo Horizonte/MG, 09h44, 03/01/2014.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA**

Inscrição: **025236440205** Zona: 233 Seção: 15

Município: 50857 - RESPLENDOR UF: MG

Data de Nascimento: 07/06/1958 Domiciliada desde: 15/04/1986

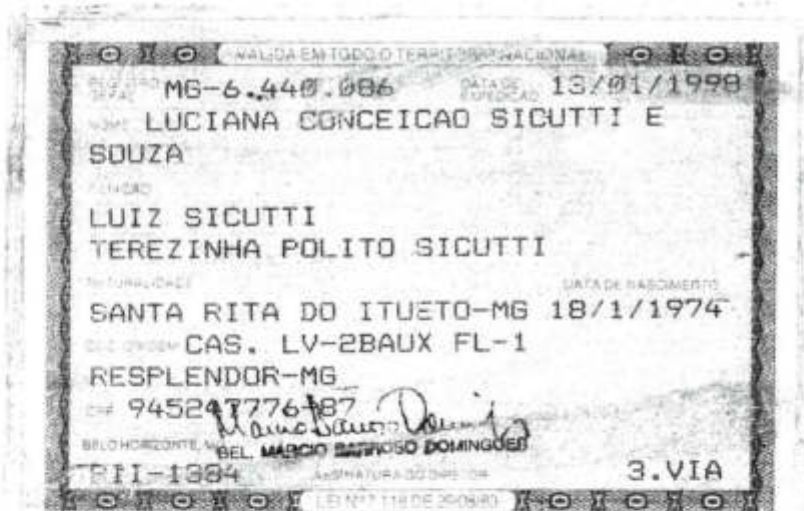
Filiação: IRENI CANDIDA MONTEIRO
SEBASTIAO GARCIA MONTEIRO

Certidão emitida às 10:00 de 03/01/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

EBTE.4DDE.KMC6.BCZU

Comunicações
50
Númerica 4



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG, de 20 de novembro de 2012, em testº, da verdade.

Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patricia Ferreira da Cruz
CREVENTE SUBSTITUTA

EMOL R\$ 3,60
T.F.J. R\$ 1,15
TOTAL R\$ 4,84

Ministério da Comunicação Social
51
Rubrica 51


MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
LUCIANA CONCEIÇÃO SICUTTI E SOUZA

Nº de Inscrição
945247776-87

Data do Nascimento
16/01/74



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura
Luciana Conceição Sicutti e Souza
LUCIANA CONCEIÇÃO SICUTTI E SOUZA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 14/06/97



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 05 de Março de 2013
cm test. Patricia Ferreira da Cruz da verdade.

Tabelião: Bel. Adelson Junior

Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVA SUBSTITUI

COPASA

NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS

Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Rua Mar de Espanha, 525 - Santo Antônio - Belo Horizonte - MG - CEP.: 30.330-900

CNPJ: 17.281.106/0001-03 - Inscrição Estadual: 062.000139.00-14

Ministério das Comunicações
Fls. 52
Rubrica 4LUCIANA CONCEICAO SICUTTI E SOUZA
R DELVANO ANTONIO SILVA, 71
LAG VICENTE
BRSPLENDOR35.230,000
MG

REFERÊNCIA DA FATURA		
NÚMERO	DATA DE APRESENTAÇÃO	MÊS:
001.13.47018365-7	02/10/2013	10/2013

MATRICULA

0 011 161 993 9

QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS					
SERVIÇO	Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
Água					
Esgoto					

IDENTIFICADOR USUARIO

0 022 445 298 11

HIDRÔMETRO	LEITURA			CONSUMO FATURADO		
	Atual	Anterior	Próxima	Dias	m³	Litros
0000000000	02/10/2013	01/10/2013	01/10/2013	30	9	9.000

HISTÓRICO DE CONSUMO		
Volume Faturado Litros	Dias entre medições	Média Diária Litros

01/10/2013	01/10/2013	01/10/2013
02/10/2013	02/10/2013	02/10/2013
03/10/2013	03/10/2013	03/10/2013
04/10/2013	04/10/2013	04/10/2013
05/10/2013	05/10/2013	05/10/2013
06/10/2013	06/10/2013	06/10/2013
07/10/2013	07/10/2013	07/10/2013
08/10/2013	08/10/2013	08/10/2013
09/10/2013	09/10/2013	09/10/2013
10/10/2013	10/10/2013	10/10/2013
11/10/2013	11/10/2013	11/10/2013
12/10/2013	12/10/2013	12/10/2013
13/10/2013	13/10/2013	13/10/2013
14/10/2013	14/10/2013	14/10/2013
15/10/2013	15/10/2013	15/10/2013

CONSUMO MEDIO

11

SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO

litros de água

Água	Esgoto
R\$ 11,00	R\$ 0,79

TARIFA

Faixa de consumo em 1.000 litros	Consumo da faixa em 1.000 litros	Unidades Atendidas	Volume Total	R\$ / Mil Litros Água	Valor Água R\$	R\$ / Mil Litros Esgoto	Valor Esgoto R\$	Sub Total R\$
0000 - 0000	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0000 - 0000	0,00	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0000 - 0000	0,00	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0000 - 0000	0,00	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0000 - 0000	0,00	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0000 - 0000	0,00	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0000 - 0000	0,00	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0000 - 0000	0,00	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0000 - 0000	0,00	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0000 - 0000	0,00	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS

ABASTECIMENTO DE AGUA
ESGOTO DINAMICO COM COLETA - EDC19,55
9,79

VENCIMENTO

30/10/2013

POUQ. TEMPO. DEBITO AUTOMATICO.
MELHOR PARA VOCE. CONSULTE SEU BANCO.

TOTAL A PAGAR

*****R\$29,37

ATENDIMENTO TELEFÔNICO

115 - 24 HORAS

AGÊNCIA MAIS PRÓXIMA

R. ANTONIO DE CARVALHO, 340
CENTRO
Belo Horizonte - MG - CEP.: 30130-000

INFORMAÇÕES GERAIS

* MANTER A CAIXA D'ÁGUA LIMPA E MANTER A QUALIDADE
DA ÁGUA QUE A COPASA LEVA À SUA CASA

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA (Port. N° 2914-Min. da Saúde-Dec. N° 5440)

Período:	Número de Amostras					
	Cloro	Coliformes Totais	Cor	Escherichia Coli	Fluoreto	Turbidez
Mínimo	0,4	0	10	0	1,0	0,5
Analisadas	10	0	10	0	10	10
Fora Padrões	0	0	0	0	0	0
Dentro Padrões	10	0	10	0	10	10

Observações:

Significado dos parâmetros: vide verso



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE RESPLENDOR
JUIZADO ESPECIAL

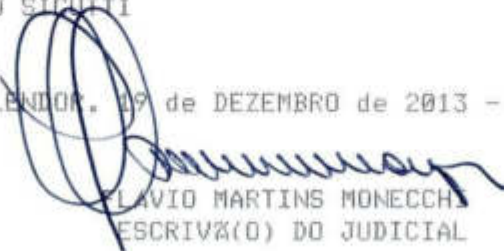
CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

LUCIANA CONCEICAO SICUTTI E SOUZA
CPF: 94524777687 RG: 6440086/MG
DATA NASCIMENTO: 18/01/1974
PAI: LUIZ SICUTTI
MÃE: TEREZINHA POLITO SICUTTI

RESPLENDOR, 19 de DEZEMBRO de 2013 - 16:08:18


FLAVIO MARTINS MONECCHI
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL-JESP CÍVEL/CRIME
R. MORAIS CARVALHO, 474 BAIRRO: CENTRO CEP: 35230000
RESPLENDOR - MINAS GERAIS



TJMG - COMARCA DE RESPLENDOR
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

LUCIANA CONCEICAO SICUTTI E SOUZA

CPF: 94524777687 RG: 6440086/MG

DATA NASCIMENTO: 18/01/1974

PAI: LUIZ SICUTTI

MÃE: TEREZINHA POLITO SICUTTI

RESPLENDOR, 19 de DEZEMBRO de 2013 - 16:01:52

FLÁVIO MARTINS MONESCHI
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM DR. AMÉRICO MARTINS DA C
R. MORAIS CARVALHO, 474 BAIRRO: CENTRO CEP: 35230000
RESPLENDOR - MINAS GERAIS



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais, Fiscais
e JEF (Cível e Criminal)

Nº 1941

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

LUCIANA CONCEICAO SICUTTI E SOUZA, ou vinculado ao **CPF: 945.247.776-87**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:

Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;

Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;

Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;

Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;

Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;

Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;

Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;

Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;

Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;

Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;

Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;

Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;

Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;



Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;
Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
Subseção Judiciária de Unaí(MG) = Unaí/MG;
Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;

Belo Horizonte/MG, 09h35, 03/01/2014.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais e JEF

Nº 1948

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

LUCIANA CONCEICAO SICUTTI E SOUZA, ou vinculado ao **CPF: 945.247.776-87**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;
 - Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;
 - Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;
 - Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;
 - Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;
 - Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;
 - Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;
 - Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;

Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
Subseção Judiciária de Unai(MG) = Unai/MG;
Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;



Belo Horizonte/MG, 09h37, 03/01/2014.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

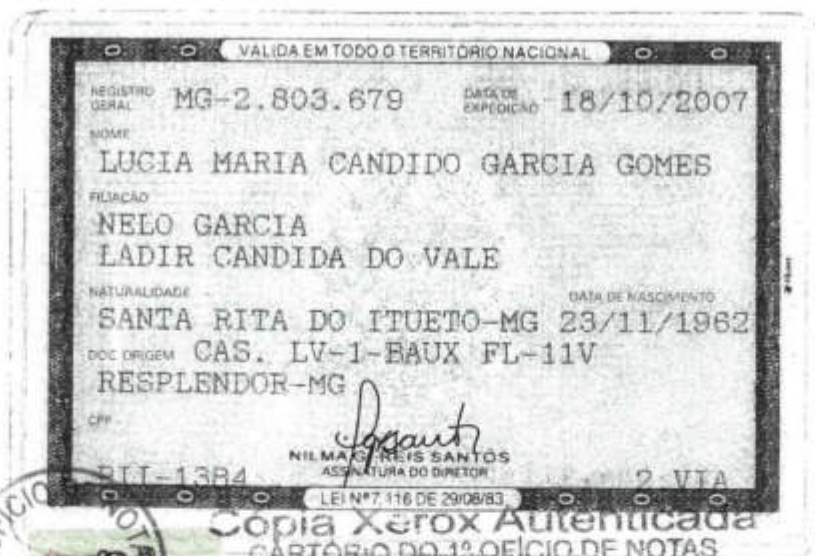
Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **LUCIANA CONCEICAO SICUTTI E SOUZA**
Inscrição: **106959770281** Zona: 233 Seção: 95
Município: 50857 - RESPLENDOR UF: MG
Data de Nascimento: 18/01/1974 Domiciliada desde: 16/03/2010
Filiação: TEREZINHA POLITO SICUTTI
LUIZ SICUTTI

Certidão emitida às 09:58 de 03/01/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

6DB9.LCWS.EWVR.BRLF



Cópia Xerox Autenticada
 CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
 CNPJ: 21.081.088/0001-93
 Comarca de Resplendor - Minas Gerais
 Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos
 do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.
 Resplendor-MG 19 de novembro de 2013
 em tear, da verdade.
 Patricia Ferreira da Cruz
 Tabelião: Bel. Adelson Junior
 ESCRIVENTA SUBSTITUTA

EMOL R\$ 1.69
 T.F.J. R\$ 1.15
 TOTAL R\$ 4.84

61
4
Comunicações - 56
CE

 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**
Secretaria da Receita Federal

CPF
Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição
473.809.006-25


Nome
LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA GOMES

Nascimento
23/11/1962



Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
NOV/2007

 **BANCO DO BRASIL**

 **Selo de Fiscalização**
68x 67579

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 21.081.088/0001-93
Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Interfiro a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 19 de maio de 2013

est. Adelton da verdade,


Tabelião: Bel. Adelson Junior
Astricia Ferreira da Cruz
PREVISTA SUBSTITUTA

EMOL. R\$ 3,65
T.F.J. R\$ 1,15
TOTAL R\$ 4,84



Nº da Conta: 0151885149
Mês de referência: 10/2013
Período: 02/09/2013 a 01/10/2013
Data de emissão: 04/10/2013



www.vivo.com.br/meuvivo

Fale conosco: Central de Relacionamento
*8486 ou www.vivo.com.br/faleconosco

Nota Fiscal de Serviços de Telecomunicações
Telefônica Brasil S.A.
Rua Levindo Lopes, 258
CEP 30.140-170 - Belo Horizonte - MG
I.E.: 621904680045
CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62
CNPJ Filial: 02.558.157/0009-10
Nº NFST: 000.410.344/10/2013
Nº Série: C Sub-Série:
Atende o Convênio 115/2003 CFOP 5.307
Descrição: PF/PJ - OUTROS



25107609

LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA
RUA DEOVANIO ANTONIO DA SILVA, 90
SAO VICENTE
35230-000 RESPLENDOR - MG

Vencimento
17/10/2013

Total a Pagar - R\$
31,63

Ative a Conta Online e receba por email um aviso quando a sua conta estiver disponível no Meu Vivo, seu canal de autoatendimento. Com ela você consulta sua conta detalhada e boleto para pagamento pela internet. Contribua para o meio ambiente, reduza a utilização de papel. Acesse www.vivo.com.br/meuvivo e cadastre-se agora.

Seus Números Vivo
33-9905-2186

Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento da sua conta

Vivo Valoriza

Saldo de pontos acumulados: **12.361**
Na data de: **10/09/13**
Saldo referente a conta 0151885149 no
Vivo Valoriza. Para saldo atual, envie SMS
com a palavra SALDO para 8011.

O que está sendo cobrado	Quantidade de Plano/Pacote	Quantidade de Números Vivo	Valor R\$ Plano/Pacote	Incluso Plano/Pacote	Utilizado Minutos/Unidades	Valor Total R\$
Serviços Contratados						
VOCE ILIM 45 - TIT	1	1	49,00	-	-	31,03
LOCAL PMVIVO ILIMITADO	-	-	0,00	-	34m30s	-
MINUTOS LOCAIS PARA MOVEL VIVO	-	-	0,00	29 min	29m00s	-
BÔNUS CELULAR GOLD 1	3	1	0,00	01 min	00m18s	0,00
BÔNUS CELULAR GOLD 5	1	1	0,00	02 min	-	0,00
Subtotal						31,03
Utilização Acima do Contratado						
Serviços (Ex.: SMS e Loja de Serviços Vivo)					15	10,60
Subtotal						10,60
Outros Lançamentos						
Descontos/Promoções						-10,00
Subtotal						-10,00
TOTAL A PAGAR						31,63

MENSAGEM IMPORTANTE PARA VOCÊ

ATENÇÃO:

Os Planos Vivo Escolha foram reajustados em 01/10/13.

Entre em www.vivo.com.br, ligue *8486 do seu Vivo ou 1058 de qualquer telefone para consultar os novos valores dos planos.

Agradecemos pagamentos recebidos até a emissão desta conta. Mantenha o pagamento em dia e evite a suspensão parcial/total dos serviços e a inclusão nos órgãos de proteção do crédito. Para pagamentos após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura.



Verifique se o débito foi efetuado na sua conta corrente.
Caso não tenha ocorrido, utilize este boleto para pagamento.

DÉBITO AUTOMÁTICO

Nome do Cliente	Vencimento	Total a Pagar - R\$
LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA	17/10/2013	31,63

Cód. Débito Automático 0151885149-2

Nº da Conta 0151885149

Mês Referência 10/2013

846300000003

316300640018

101518851494

101311310177

Autenticação Mecânica





TJMG - COMARCA DE RESPLENDOR
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA GOMES

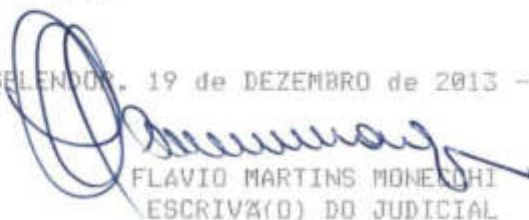
RG: 2803679/MG

DATA NASCIMENTO: 23/11/1962

PAI: NELO GARCIA

MÃE: LADIR CANDIDA DO VALE

RESPLENDOR, 19 de DEZEMBRO de 2013 - 15:59:31


FLAVIO MARTINS MONESCHI
ESCRIVÃO(D) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM DR. AMÉRICO MARTINS DA C
R. MORAIS CARVALHO, 474 BAIRRO: CENTRO CEP: 35230000
RESPLENDOR - MINAS GERAIS



TJMG - COMARCA DE RESPLENDOR
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA GOMES

RG: 2803679/MG

DATA NASCIMENTO: 23/11/1962

PAI: NELO GARCIA

MÃE: LADIR CANDIDA DO VALE

RESPLENDOR, 19 de DEZEMBRO de 2013 - 15:58:45

FLAVIO MARTINS MONECCHI
ESCRIVÃO(0) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM DR. AMÉRICO MARTINS DA C
R. MORAIS CARVALHO, 474 BAIRRO: CENTRO CEP: 35230000
RESPLENDOR - MINAS GERAIS



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais, Fiscais
e JEF (Cível e Criminal)

Nº 1962

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA GOMES, ou vinculado ao **CPF: 473.809.006-25**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;
 - Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;
 - Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;
 - Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;
 - Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;
 - Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;
 - Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;



Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;
Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
Subseção Judiciária de Unai(MG) = Unai/MG;
Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;

Belo Horizonte/MG, 09h41, 03/01/2014.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais e JEF

Nº 1963

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA GOMES, ou vinculado ao **CPF: 473.809.006-25**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (www.jfmg.jus.br), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;
 - Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;
 - Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;
 - Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;
 - Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;
 - Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;
 - Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;
 - Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;



Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
Subseção Judiciária de Unai(MG) = Unai/MG;
Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;

Belo Horizonte/MG, 09h41, 03/01/2014.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA GOMES**
Inscrição: **004869150205** Zona: 233 Seção: 95
Município: 50857 - RESPLENDOR UF: MG
Data de Nascimento: 23/11/1962 Domiciliada desde: 15/04/1986
Filiação: LADIR CANDIDA DO VALE
NELO GARCIA

Certidão emitida às 10:02 de 03/01/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **C5C6.R9WP.CCNN.73OK**

DECLARAÇÃO

Subitem 8.1. "f.1" - "f.2" - "f.7" da Norma 01/2011

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 01.151.511/0001-77 com sede nesta cidade de **RESPLENDOR – MG** representada por sua representante legal **ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS – PRESIDENTE**, adiante assinado, para fins de prova junto ao Ministério das Comunicações/SSCE/DOS **DECLARA:**

1. Subitem 8.1. "f.1" Norma 01/2011

Todos os Dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela emissora;

2. Subitem 8.1. "f.2" Norma 01/2011

A entidade não tem como integrante do seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;

3. Subitem 8.1. "f.7" Norma 01/2011

A entidade não mantém vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;

Resplendor – MG, Dezembro de 2013.



ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS
PRESIDENTE



DECLARAÇÃO

Subitem 8.1. "g" Norma 01/2011

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 01.151.511/0001-77 com sede nesta cidade de **RESPLENDOR – MG**, adiante assinados, **DECLARAM** para fins de prova junto ao Ministério das Comunicações/SSCE/DOS que se **comprometem ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço de RadCom.**

Resplendor – MG, Dezembro de 2013.

ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS
Presidente

LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA GOMES
Vice Presidente

LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA
Secretaria

LUCIANA CONCEIÇÃO SICUTTI E SOUZA
Tesoureira



DECLARAÇÃO

Subitem 20.3, “d” da Norma 01/2011

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 01.151.511/0001-77 com sede nesta cidade de **RESPLENDOR – MG** representada por sua representante legal **ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS – PRESIDENTE** adiante assinado, para fins de prova junto ao Ministério das Comunicações/SSCE/DOS **DECLARA:**

- ✓ **A emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.**

Resplendor – MG, Dezembro de 2013.

ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS
PRESIDENTE



AO
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA-
DEPARTAMENTO DE AUTORAÇÃO
BLOCO 2 - ANEXO B, VIA Nº2
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
70044-900- BRASÍLIA - DF-



RE: ASSOCIAÇÃO MARIA, RAINHA DA PAZ
RUA OLEGARIO MACIEL Nº 470- CENTRO
35230-000- HOSPIEDINHA-MG-





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.001359/2014-74**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 14 de agosto de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 14/08/2014, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0086419** e o código CRC **1987DF53**.



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 19 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 19/08/2014, às 09:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0091484** e o código CRC **1290D464**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21719/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.001359/2014-74**

Assunto: **Não renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Resplendor/MG**, por meio da Portaria nº 54, publicada no DOU de 28/01/2002, e Decreto Legislativo nº 129, publicado no DOU de 03/02/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 03/02/2014, de forma que o pedido de renovação deveria ter sido apresentado no último mês anterior ao vencimento da autorização, conforme estabelecido no art. 131, Parágrafo 4º da Norma nº 1/2015. Ocorre que a entidade protocolou sua solicitação em 10/01/2014, ou seja, intempestivamente.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pela **não renovação** da outorga da entidade. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 19/09/2016, às 13:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



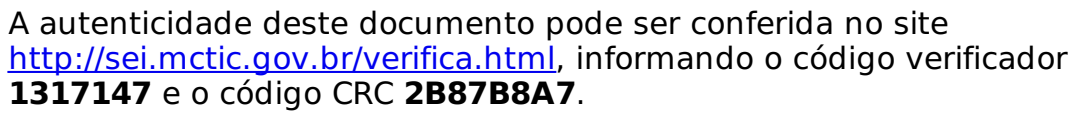
Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 26/09/2016, às 13:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunic. Eletrônica, Substituto**, em 27/09/2016, às 11:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 06/10/2016, às 20:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



PORTARIA Nº DE DE DE 2016.

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ**, por meio da Portaria nº 54, publicada no Diário Oficial da União em 28 de janeiro de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor/MG, em razão da apresentação intempestiva do pedido de renovação da referida outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE ASSUNTOS CIENTÍFICOS - COACI
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, ED. SEDE, SALA 480 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 20337615

PARECER n. 01402/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.001359/2014-74

INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

ASSUNTOS: Não renovação de outorga.

I – Requerimento de renovação de autorização para explorar Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

II – Intempestividade do pedido de renovação apresentado pela entidade.

III – Pela extinção da outorga, haja vista o não cumprimento dos preceitos normativos pela interessada.

IV – Encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

I – DO RELATÓRIO

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da **NOTA TÉCNICA N° 21719/2016/SEI-MCTIC (doc. n° 1317147)**, submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de renovação da outorga para prestação de **Serviço de Radiodifusão Comunitária** concedida à entidade denominada **ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ**, na localidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

A entidade acima qualificada recebeu a outorga do **Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom** por meio da **Portaria n° 54** publicada no DOU de **28/01/2002**, resultando na sua aprovação pelo **Decreto Legislativo n° 129**, publicado no DOU de **03/02/2004**, segundo a supracitada Nota Técnica.

A entidade apresentou seu Requerimento em **10/01/2014**, colacionando, na oportunidade, a documentação julgada necessária para que se procedesse à análise de seu pleito.

Após a análise dos autos e de sua instrução, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica elaborou a referida **NOTA TÉCNICA N° 21719/2016/SEI-MCTIC (doc. n° 1317147)**, sugerindo a **extinção da aludida outorga**, diante da **intempestividade do Requerimento** apresentado pela entidade, submetendo os autos para decisão do Exmo. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva desta Consultoria Jurídica.

É o sucinto relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Segundo a Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, em seu art. 6º, parágrafo único, a outorga do serviço *in casu* tem **validade por dez anos**, permitida a renovação, por igual período, se cumpridas as exigências, quais sejam:

“Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (destacamos)

Também no âmbito infralegal, o Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, estipula o seguinte:

“Art. 36 A autorização para execução do RadCom poderá ser renovada por um outro período de três anos[1], desde que a autorizada apresente solicitação neste sentido com antecedência de três a um mês do seu termo final e que cumpra as exigências estabelecidas para tanto pelo Ministério das Comunicações[2]”. (grifo nosso)

A outorga concedida à entidade denominada **ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ**, foi deferida pelo ato do Ministério consubstanciado na **Portaria nº 54** e aprovado pelo **Decreto Legislativo nº 129**, publicado no Diário Oficial da União de **03 de fevereiro de 2004**, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal[3], com **prazo de validade**, portanto, de **dez anos – 03/02/2014** -, nos termos da legislação supracitada.

Diante do exposto, caberia à Requerente apresentar o pedido de renovação de sua outorga até o dia **03 de janeiro de 2014**. Porém, conforme relatado na primeira parte desta peça, constatou-se a inércia da entidade, que deixou transcorrer o prazo necessário para pleitear referida renovação, ao encaminhar seu Requerimento apenas em **10 de janeiro de 2014**, caracterizando sua flagrante **intempestividade**. Assim, em que pese a entidade ter apresentado o pedido devidamente instruído, o Requerimento em foco não merece ser apreciado.

Dessa forma, tendo em vista a intempestividade do pedido apresentado pela entidade, pode-se concluir pela **extinção da outorga**, visto que restaram cumpridos seus efeitos.

Por derradeiro, cumpre salientar que, caso a entidade não tenha interrompido o serviço, há que se concluir que sua execução após o dia **03/02/2014** deverá ser considerada ilegal, nos termos do art. 21, IV, da Lei nº 9.612, de 1998[4], e do art. 40, XXI, do Decreto nº 2.615, de 1998[5], estando sujeita às penalidades da lei.

Nesse sentido, recomenda-se seja promovida fiscalização no local, a fim de se apurar a possível ocorrência de execução clandestina do serviço.

Impende consignar a regularidade da minuta de portaria anexada à 21719/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1317147), sendo necessário apenas incluir a data a partir da qual deverá ser declarada extinta a outorga de que se trata, alterando-se a redação do **art. 1º**, com vistas a abrigar a seguinte redação: *“(…) Art. 1º Declarar que se encontra extinta desde o dia 04.02.2014 a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ, por meio da Portaria nº (...).”*

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, considerando a **intempestividade do Requerimento de Renovação da Outorga** apresentado pela **ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ**, concedida para execução de **Serviço de Radiodifusão Comunitária – RadCom**, na localidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais, em consonância com a sugestão da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, opina que seja declarada a **extinção da outorga**, com a consequente publicação de portaria, com o ajuste acima apontado, em virtude do cumprimento dos seus efeitos.

À consideração superior.

Brasília, 28 de novembro de 2016.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

[1] O prazo de renovação é também de dez anos, em conformidade com a alteração do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, acima colacionado.

[2] Atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

[3] Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

(...)

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

[4] “Art. 21. *Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:*

(...)

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;”

[5] “Art. 40. *São puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do RadCom:*

(...)

XXI - não obediência ao tempo de funcionamento da estação comunicado ao Ministério das Comunicações;”

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000001359201474 e da chave de acesso 414bb517

Documento assinado eletronicamente por LIDIA MIRANDA DE LIMA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 15862763 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LIDIA MIRANDA DE LIMA. Data e Hora: 28-11-2016 10:37. Número de Série: 13666913. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE ASSUNTOS CIENTÍFICOS - COACI
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, ED. SEDE, SALA 480 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 20337615

DESPACHO n. 02817/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.001359/2014-74

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. De acordo. Acolho o PARECER n. 01402/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU.
2. À consideração superior.

Brasília, 28 de novembro de 2016.

RICARDO JORGE PINHEIRO BELFORT
Advogado da União
Coordenador Jurídico de Assuntos Científicos

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000001359201474 e da chave de acesso 414bb517

Documento assinado eletronicamente por RICARDO JORGE PINHEIRO BELFORT, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 15930385 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RICARDO JORGE PINHEIRO BELFORT. Data e Hora: 28-11-2016 14:54. Número de Série: 13618594. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE ASSUNTOS CIENTÍFICOS - COACI
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, ED. SEDE, SALA 480 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 20337615

DESPACHO n. 02840/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.001359/2014-74

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. De acordo.
2. À consideração superior.

Brasília, 29 de novembro de 2016.

RENATA ESPÍNDOLA VIRGÍLIO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000001359201474 e da chave de acesso 414bb517



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
GABINETE

DESPACHO n. 02989/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.001359/2014-74

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **DESPACHO n. 2840/2016/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU**, da Procuradora Federal e Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Ciência, Tecnologia e Inovações, Dra. Renata Espíndola Virgílio, que aprovou o **DESPACHO n. 2817/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, do Advogado da União e Coordenador Jurídico de Assuntos Científicos, Dr. Ricardo Jorge Pinheiro Belfort, o qual referendou o **PARECER n. 1402/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União Dra. Lídia Miranda de Lima.
2. Encaminhe-se o processo à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Brasília, 9 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO

Advogado da União

Consultor Jurídico Adjunto Substituto^[1]

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000001359201474 e da chave de acesso 414bb517

Notas

1. [^] *Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, Anexo III, Art. 23, inciso IV, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016.*

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 17174163 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 09-12-2016 13:57. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO MARIA, RAINHA DA PAZ

CNPJ: 01.151.511/0001-77

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:42:16 do dia 24/07/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/08/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.001359/2014 Localidade / UF: RESPLENDOR/MG
Entidade: ASSOCIACAO MARIA RAINHA DA PAZ
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº 53000.001359/2014-74
Localidade: Resplendor/MG
Entidade: Associação Maria Rainha da Paz

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 02
 - 1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 10/01/2014
 - 1.2) Tempestividade: () Sim (x) Não.
- 2) Estatuto Social: fl. 05
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2, I
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: AUSENTE
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 9 (só menciona o direito a voto)
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 6, I
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 14
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 16-19
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 21 ? não determinou a recondução da diretoria por, no máximo, uma vez.
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 28-29
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 33
Data: 01/10/2013 (mandato de 03 anos) No estatuto (mandato de 04 anos)

Presidente: Rosângela Aparecida Berçan Caus
Vice-Presidente: Lúcia Maria Cândido Garcia Gomes
Secretária: Lúcia Helena Monteiro Borba
Tesoureira: Luciana Conceição Sicutti e Souza
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: 47
- 5) CNPJ: fl. 04
- 6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 01 (2067224)
- 7) Declaração de conformidade: fl. 89
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 39

9) Endereço: OK

10) Portaria:

11) Decreto:

12) Composição do Conselho Comunitário: AUSENTE

*****PENDÊNCIAS:**

Estatuto Social: O inciso II do art. 2 não condiz com a radiodifusão comunitária, haja vista que menciona o serviço de radiodifusão ?na modalidade canal da cidadania? que diz respeito à radiodifusão educativa; não mencionou o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física e jurídica; No art. 9 não consta o direito de voz dos associados nas instâncias deliberativas; não indicou expressamente a recondução da diretoria por, no máximo, uma vez.

Ata de Eleição: Na ata de eleição consta que o mandato da diretoria é de 03 anos, já no artigo 21 do estatuto social, a entidade estipulou um mandato de 04 anos. Desse modo, a entidade deverá retificar a referida Ata para que o mandato coincida com o do Estatuto.

Não apresentou a composição do conselho comunitário.

*****CONCLUSÕES:**

Será elaborada Nota Técnica para solução das pendências indicadas.

Luciana Pimentel Chaves

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 16732/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.001359/2014-74.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Maria Rainha da Paz**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Resplendor**, estado de **Minas Gerais**, apresentou requerimento de renovação da autorização (0091481), em 10/01/2014, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 03/01/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
			Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado: a. Não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o art. 40, II da Portaria. b . Não está expressamente previsto que a diretoria será reconduzida por, no máximo, uma vez, conforme art. 40, V, "b" da Portaria. c. O art. 9 do Estatuto Social não garantiu aos associados o direito de voz nas instâncias

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p>deliberativas, conforme art. 40, V da Portaria.</p> <p>d. A modalidade "canal da cidadania" prevista no inciso II do art. 2 do Estatuto Social não condiz com a radiodifusão comunitária, tendo em vista tratar-se de radiodifusão educativa.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria, e apresentado consolidado, com todas as alterações.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: as alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto, no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 131, inciso III	Ata de eleição.	<p>Na Ata de eleição da diretoria encaminhada consta que o mandato é de 03 anos, no entanto, no artigo 21 do Estatuto Social, a entidade estipulou um mandato de 04 anos. Desse modo, a entidade deverá retificar a referida Ata para que o mandato coincida com o previsto no Estatuto.</p> <p>Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
			Não indicou a composição do Conselho Comunitário, conforme previsão do art. 114 da Portaria.

	Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>Assim, para prosseguimento do Processo, a Entidade deve regularizar o Conselho Comunitário e encaminhar novo relatório sobre a grade de programação - assinado por todos os conselheiros - e no qual estejam relacionadas as entidades representadas por cada um deles.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
--	-----------------------	---	---

3. O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

I – indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II – garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

III – garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV – garantia às pessoas físicas associadas do direito de votar e ser votado para os cargos de direção;

V – especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução.

Parágrafo único. O estatuto social não será considerado irregular, na forma do inciso I do caput, se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão.

4. A composição do Conselho Comunitário deve obedecer as disposições dos artigos 113 e seguintes da Portaria 4334/2015:

Art. 113. O Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998. Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

Art. 115. Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I – fiscalizar a programação da emissora;

II – solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III – fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

IV – realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V – receber reclamações, denúncias e elogios; e

VI – submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta

Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 24/07/2017, às 17:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 27/07/2017, às 11:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2067664** e o código CRC **D26B0555**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.001359/2014-74

SEI nº 2067664



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 32804/2017/SEI-MCTIC

À Senhora
ROSÂNGELA APARECIDA BERÇAN CAUS
Representante Legal da Associação Maria Rainha da Paz
Rua Olegário Maciel, 470 - Centro
35.230-000 / Resplendor - MG
CNPJ nº 01.151.511/0001-77

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.001359/2014-74.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16732/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 27/07/2017, às 11:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2069132** e o código CRC **B4702442**.

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME DO RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 32804/2017/SEI-MCTIC, 27/07/2017

53000.001359/2014-74

ROSÂNGELA APARECIDA BERÇAN CAUS

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 - Centro.

35.230-000 Resplendor / MG

UF

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Devaldir de Souza

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

21/08/17

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
PARECER DE ENTREGA



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Devaldir de Souza
Mat.: 8.411.837-7
Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 166 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 91349434 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

17 AGO 2017

LUGAR DE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília-DF

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

01250.058534/2017 01

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

Ref.: Processo nº 53.000.001.359/2014-74
Of. 32.804/2017

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 01.151.511/0001-77 com sede nesta cidade de **RESPLENDOR – MG**, representada por seu Presidente infra-assinado no **prazo tempestivo** apresenta os documentos objeto da exigência procedente da Nota Técnica 16.732/2017 conforme check list anexo.

N. Termos,

E. Deferimento.


ELIAS DE NADAI
Presidente

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 21/09/17 às 16:00 horas
Assinatura: Conceição

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

CHECK LIST

REQUERIMENTO	Original
CHECK LIST	Original
I – ASSOCIAÇÃO	
ESTATUTO	Cópia autenticada
ATA ULTIMA ELEIÇÃO	Cópia autenticada
RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO 2016	Original
II – DIRETORES	
CARTEIRA DE IDENTIDADE / RG ELIAS DE NADAI MIRAULENE MARQUES DE CARVALHO TEREZA MARIA DE CARVALHO SIMÕES ELVIRA JANUARIA DA SILVA	pCópia autenticada

ESTATUTO SOCIAL



Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art.1 A ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ é uma Associação de direito privado *sem fins econômicos*, constituída por *tempo indeterminado* com sede e foro na cidade de **RESPLENDOR** estado de **MINAS GERAIS**, reger-se-á pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo único - A ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ constituída em 21.03.1996 adquiriu personalidade jurídica com registro no Cartório Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade de Resplendor - MG sob nº. 307 do Livro A-6, fls. 164, em 09.07.1996 e inscrita no CNPJ sob nº 01.151.511/0001-77.

Art.2 A ASSOCIAÇÃO tem por **finalidades**:

I- Execução dos serviços de Radiodifusão Sonora Comunitária com finalidade a dar oportunidade à difusão de ideias, cultura, tradições, hábitos sociais da comunidade, formação, integração e organização comunitária nos aspectos de lazer, cultura e convívio social, prestar serviços de utilidade pública, contribuir para o aperfeiçoamento profissional, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família mediante autorização que lhe outorgada por ato do poder público competente para a execução do serviço de Radiodifusão;

II- Congregar o voluntariado através do despertar para a cultura da cooperação, solidariedade, amizade e confiança recíproca no intuito de atingir os objetivos sociais da Associação e comunidade em geral;

III- Oferecer mecanismos de formação e integração comunitária nas áreas de convívio social, cultura, direitos constitucionais, educação, entretenimento, esportes, lazer e outros aspectos da vida da população.

Parágrafo único - A Rádio Comunitária usa nome de fantasia de **RÁDIO COMUNITÁRIA VIDA NOVA**.

Art.3 A ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ para a consecução de suas finalidades poderá:



[Handwritten signatures]



EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2º do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 12 de Setembro de 20 17
em testº, _____ da verdade,

Teófilo Bel. Adelson Junior

Iselina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 – RESPLENDOR - MG



- I- executar projetos, programas e planos de ações;
- II- organizar, promover e participar de campanhas institucionais relacionadas com seu campo de atuação, junto à sociedade civil e aos meios de comunicação;
- III- firmar parcerias, convênios e acordos, com entidades congêneres e afins, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, promovendo intercâmbios de interesse mútuo;
- IV- distribuir e vender serviços, produtos e materiais da própria entidade ou de terceiros;
- V- captar gerir e doar bens e recursos destinados a viabilizar o desenvolvimento das ações relacionadas ao seu objeto social;
- VI- promover estudos, pesquisas e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às suas finalidades, produzidos por si ou por terceiros, divulgando-os por quaisquer meios;
- VII- organizar, realizar, promover ou participar de eventos culturais, debates, congressos, seminários, conferências e cursos em geral;
- VIII- assessorar e prestar serviços de consultoria nas áreas relacionadas ao seu objeto social a organizações públicas e privadas;
- IX- desenvolver outras atividades necessárias ao cumprimento de seus objetivos sociais.

Capítulo II DOS ASSOCIADOS

Art.4 O *quadro social* da entidade contará com número ilimitado de associados pessoas físicas maiores de dezoito (18) anos, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa divididos nas seguintes categorias:

I- Contribuintes: com ingresso gratuito as pessoas físicas ou jurídicas que contribuam mensalmente financeiramente, ou por qualquer outra forma, para que a entidade possa alcançar sua finalidade,

II- Beneméritos: qualquer pessoa física ou jurídica que tenham prestado relevantes serviços quer sejam de ordem técnica, social, financeira à coletividade ou a entidade por indicação da Diretoria Executiva.

§ 1º A qualidade de Associado é intransmissível a terceiros.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081 088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 12 de setembro de 2017

em testº

da verdade,

Testeado: Del. Adelson Junior

Josefina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



§ 2º A categoria de associados beneméritos não tem o poder de deliberar acerca da administração e destinos da Associação.

Art.5 São *direitos* dos associados desde que quites com suas obrigações sociais:

- I-** votar e ser votado para os cargos eletivos desde que pertencentes ao quadro social há mais de um ano;
- II-** tomar parte nas Assembleias Gerais;
- III-** usufruir os benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste estatuto;
- IV-** convocar órgãos deliberativos justificando convenientemente o pedido, na proporção de um quinto (1/5) dos associados,
- V-** direito de voz e voto nas instancias deliberativas.

§ 1º São direitos dos associados fundadores a isenção do pagamento de contribuições associativas.

§ 2º É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

Art.6 São *deveres* dos associados:

- I-** cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II-** acatar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- III-** contribuir para a consecução dos objetivos da entidade e zelar pelo seu nome e integridade;
- IV-** denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências;
- V-** honrar pontualmente com as contribuições associativas.

Art.7 A qualidade de associado perde-se:

- I-** pela exclusão;
- II-** pela demissão;
- III-** pela extinção da Associação na forma prevista deste Estatuto.

Art.8 São motivos de *exclusão* da qualidade de associado:

- I-** a prática de atos lesivos aos interesses e fins da Associação ou que possam desonrá-la ou prejudicá-la;
- II-** a violação intencional dos estatutos e regulamentos da Associação e o não cumprimento das obrigações sociais que eles impõem;
- III-** o não pagamento reiterado da contribuição pelo prazo de três (03) parcelas consecutivas das contribuições associativas.



Requerimento
Assinatura



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 12 de setembro de 20 17

Em testº, _____ da verdade,

Testeado: Sr. Adolgo Junior

Isabella Scarabelli Junior
ESCRIVENTE SUBSTITUTA

EMOL: R\$ 4,80

TFJ: R\$ 1,49

TOTAL: R\$ 6,29

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



§ 1º A exclusão do associado far-se-á mediante aprovação da maioria simples da Diretoria Executiva;

§ 2º Da decisão que aprovar a exclusão será dada garantia de defesa ao associado excluído que poderá interpor recurso, no prazo de 15 (quinze dias), contados da comunicação da decisão, para a Assembleia Geral.

§ 3º Deliberada à exclusão só a Assembleia Geral poderá readmitir o associado excluído.

§ 4º Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for.

§ 5º O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

§ 6º As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I- advertência por escrito;
- II- suspensão de trinta (30) dias até um (01) ano;
- III- exclusão do quadro social.

Capítulo III

DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS E CONSELHOS

Art.9 São **ÓRGÃOS** da Associação:

- I- ASSEMBLEIA GERAL
- II- DIRETORIA EXECUTIVA
- III- CONSELHO FISCAL
- IV- CONSELHO COMUNITÁRIO

Seção I

Da Assembleia Geral

Art.10 **ASSEMBLÉIA GERAL** é o órgão máximo e soberano da Associação, e será constituída em quaisquer dos casos por associados com direito a voto, quites com a entidade e em pleno gozo dos direitos estatutários.



[Handwritten signatures]



EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 12 de setembro de 2017
Em test., _____ da veridade,

Testilho: Bel. Adelson Junior

Jocelina Scarabelli Junior
ESCRIVENTE SUBSTITUTA

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



Art.11 Compete a Assembleia Geral:

- I-** eleger e destituir os membros da Diretoria e Conselho Fiscal, quando for o caso;
- II-** deliberar sobre a conveniência de alienar, hipotecar, transigir, ou permutar bens patrimoniais da Associação;
- III-** tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- IV-** decidir em ultima instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto;
- V-** alterar no todo ou em parte, o presente estatuto social;
- VI-** deliberar quanto à dissolução da Associação;
- VII-** emitir ordens normativas para funcionamento interno da Associação.

Art.12 A Assembleia Geral reunir-se-á **Ordinariamente - AGO** uma vez ao ano, nos *primeiros três (03) meses do ano* para:

- I-** apreciar o Relatório Anual de atividades, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis aprovados pelo Conselho Fiscal;
- II-** eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal quando necessário;
- III-** quaisquer outros assuntos de interesse social, que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária;
- IV-** apreciar situação de associados em ingresso, demissão, exclusão e rejeição.

Art.13 A Assembleia Geral reunir-se-á **Extraordinariamente - AGE** quando convocada:

- I-** pelo Presidente;
- II-** por um quinto (1/5) dos associados quites com as obrigações sociais;
- III-** pelo Conselho Fiscal.

§ 1º A **convocação** para Assembleia Geral será feita mediante edital fixado na sede social da Associação, com antecedência mínima de sete (07) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou.

§ 2º Quando a Assembleia Geral for convocada pelos associados, deverá ser feita através de notificação extrajudicial ao Presidente, que deverá convocá-la no prazo de cinco (5) dias, contados da data de recebimento. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação.



[Handwritten signatures]



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081 088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 12 de setembro de 20 17

Em testº, _____ da veridade,

Adelton Junior
Tabellão. Del. Adelton Junior

Joselina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EMOL: R\$ 4,80

TFJ: R\$ 1,49

TOTAL: R\$ 6,29

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



§ 3º O **quórum para instalação** de qualquer Assembleia Geral se dá por associados com direito a voto, quites com a Associação e em pleno gozo dos direitos estatutários em *primeira Convocação*, com a maioria absoluta dos associados e em *segunda convocação*, trinta (30) minutos após a primeira convocação com qualquer número de associados presentes.

§ 4º Os associados não poderão se fazer representar por procurador.

Art.14 As **deliberações** para quaisquer assuntos tratados nas Assembleias Gerais serão feitas pela *maioria simples dos votos dos presentes* exceto para os assuntos de alteração no todo ou em parte do Estatuto, destituição de administradores e conselheiros e dissolução da Associação que deverão ser tratados na Assembleia Geral Extraordinária - AGE especialmente convocada para esse fim deliberando, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados, e em segunda convocação com qualquer número de associados.

Seção II

Da Diretoria Executiva

Art.15 A **DIRETORIA EXECUTIVA**, órgão executivo e representativo da entidade eleita pela Assembleia Geral será constituída por quatro (04) membros, os quais ocuparão os cargos de:

- I- PRESIDENTE**
- II- VICE-PRESIDENTE**
- III- SECRETÁRIO**
- IV- TESOUREIRO.**

Art.16 *Compete á Diretoria Executiva*

- I-** dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social;
- II-** cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembleia Geral;
- III-** representar e defender os interesses de seus associados;
- IV-** elaborar o orçamento anual;
- V-** apresentar a Assembleia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
- VI-** admitir pedido inscrição de associados;
- VII-** acatar pedido de demissão voluntária de associados.



[Handwritten signatures]



EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 12 de setembro de 20 17
em testº _____ da verdade,

Testado: Del. Adelson Junior

Josefina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



Parágrafo único - As decisões da Diretoria Executiva deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes, na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Art.17 Compete ao **PRESIDENTE**:

- I-** *representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;*
- II-** convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- III-** convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- IV-** juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
- V-** organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembleia Geral Ordinária;
- VI-** contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;
- VII-** criar departamentos que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

Art.18 Compete ao **VICE-PRESIDENTE**:

- I-** substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II-** prestar de modo geral sua colaboração ao Presidente e desempenhar as funções que o Presidente lhe confiar;
- III-** substituir o Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos, inclusive assinando cheques.

Art.19 Compete ao **SECRETÁRIO**:

- I-** redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva;
- II-** redigir a correspondência da Associação;
- III-** manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação;
- IV-** dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria.

Art.20 Compete ao **TESOUREIRO**:

- I-** manter em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;



[Handwritten signatures]



EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 12 de setembro de 2017
em test.

da verdade.

Tabellão: Del. Adelson Junior

Josefina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



- II- assinar em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;
- III- efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos à Associação;
- IV- supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- V- apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;
- VI- elaborar anualmente, a relação dos bens da Associação, apresentando-a, quando solicitado, à Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Em caso de faltas e impedimentos do Presidente ou Tesoureiro por eles declarados compete ao Vice Presidente substituí-los.

Seção III

Do Conselho Fiscal

Art.21 O **CONSELHO FISCAL** que será composto por três (3) membros titulares e um (01) suplente, e tem por objetivo, indelegável, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva da Associação, com as seguintes atribuições:

- I- examinar os livros de escrituração da Associação;
- II- opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiros e contábeis, submetendo-os a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- III- requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- IV- acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V- convocar Extraordinariamente a Assembleia Geral.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal reunir-se-á Ordinariamente, uma vez por ano, na segunda quinzena de janeiro, em sua maioria absoluta, e Extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Associação, ou pela maioria simples de seus membros.

Sub Seção I

Das Disposições Gerais dos Membros da Administração

Art.22 O mandato eletivo dos membros será para o **período de quatro (04) anos, permitida uma (01) reeleição consecutiva.**





Cópia Xerox Autenticada
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 21.081 088/0001-93
Comarca de Resplendor - Minas Gerais
Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos
do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.
Resplendor-MG 12 de setembro de 2017
em test. _____ da verriade,

Tabelião: Bel. Adelson Junior
Joselina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



Art.23 A responsabilidade, orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente a pessoas naturais brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos e maiores de dezoito (18) anos ou emancipados.

Art.24 É vedado participar da administração membros que ocupem cargo eletivo que assegure imunidade parlamentar ou que decorra de foro especial.

Art.25 A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I- malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II- grave violação deste estatuto;
- III- abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em três (03) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;
- IV- aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação;
- V- conduta duvidosa.

§ 1º Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva no prazo de vinte (20) dias, contados do recebimento da comunicação.

§ 2º Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de dois terços (2/3) dos presentes, sendo primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

§ 3º Ocorrendo vacância ou renúncia entre os integrantes da Diretoria e Conselho Fiscal a Assembleia Geral reunir-se-á no prazo máximo de trinta (30) dias, após a vacância para eleger novo integrante, ou indicar substituto que então permanecerá no cargo até o fim do mandato.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 12 de setembro de 2017

Em test., _____ da veridade,

Tabelião: Dei. Adelson Junior

Joselina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA



Art.26 Em caso renúncia o pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria da Associação.

Art.27 *Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas na Associação.*

Art.28 *Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.*

Seção IV **Do Conselho Comunitário**

Art.29 A entidade licenciada para o serviço de RadCom deverá instituir o Conselho Comunitário, órgão colegiado com o mínimo de cinco (05) entidades da comunidade local, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, comprovadamente e legalmente constituídas e registradas, com o fim específico de acompanhar a programação da emissora de RadCom, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da Lei nº. 9.612/98, normas e regulamento que regem a matéria.

Art.30 Os membros do Conselho Comunitário denominados *Conselheiros Comunitários* atuam exclusivamente como representantes das entidades pelo período de seu mandato na instituição que representa, devendo a entidade participante enviar a comprovação de nova eleição e/ou indicação de novo membro para a Associação.

Capítulo IV **DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

Art.31 O patrimônio da Associação será constituído e mantido por:

- I-** contribuições mensais dos associados contribuintes;
- II-** doações, legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros eventos, desde que revertidos totalmente em benefício da Associação;
- III-** aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos.



Handwritten signature
Handwritten signature



EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 12 de setembro de 2017

Em testº, _____ da verdade,

Tabellão: *Dei. Adelson Junior*

Josefina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA



Capítulo V

DA REFORMA ESTATUTÁRIA

Art.32 O presente estatuto social poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, deliberando, em primeira convocação com voto concorde de dois terços (2/3) dos presentes, e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados.

Capítulo VI

DA DISSOLUÇÃO SOCIAL

Art.33 A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de dois terços (2/3) dos presentes, sendo primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, dois terços (2/3) dos associados.

Parágrafo único - Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, *os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade congênere*, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante na cidade de Resplendor – MG e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

Capítulo VII

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art.34 O exercício social iniciará em primeiro (01) de janeiro e terminará em trinta e um (31) de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.



[Handwritten signature]

11

[Handwritten signature]



EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 12 de setembro de 2017

Em testº, _____ da verdade,

Tabellão: Dei. Adelson Junior

Joselina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA



Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.35 A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

Art.36 Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembleia Geral.

Este Estatuto composto de 36 – trinta e seis artigos foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 28.08.2017, revogando disposição contrária e anterior.

Resplendor – MG, 28 de agosto de 2017.

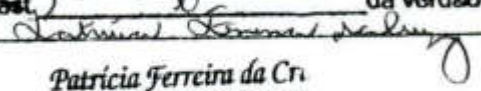
Cartório do 1º Ofício
FIRMA RECONHECIDA
Resplendor - M. G.


ELIAS DE NADI
PRESIDENTE

Cartório do 1º Ofício
FIRMA RECONHECIDA
Resplendor - M. G.


LUCIANA CONCEIÇÃO SICUTTI E SOUZA
OAB/MG 120689



1º OFÍCIO DO PROPRIO OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 21.081.088/0001-93
Endereço: Bal. Adilson Junior
COMARCA DE RESPLENDOR - MINAS GERAIS
Reconheço POR SEMELHANÇA a(s) Firma(s) de
Elias de Nadi
Luciana Conceição Sicutti e Souza
Indicada(s) por uma seta. Dou fé.
Resplendor 25 de setembro de 2017
em Test. da verdade.

Patricia Ferreira da Cruz
ESCREVENTE SUBSTITUTA

1º OFÍCIO DE NOTAS
RESPLENDOR
MINAS GERAIS





CARTÓRIO MARIA CÉLIA
Maria Célia Botelho Cunha Vieira - Oficial
RUA MORAIS DE CARVALHO, 590 - CENTRO
Fone: (33)3263-1335

Código: 8101-8 8201-8 8101-8 Total
Qtd. 1 2 12 15

PROTOCOLO Nº 7313 REG Nº 307 - LIV 27-A - PÁG 63 - AV Nº 1
Resplendor, MG, 08 de setembro de 2017.
Márcia Edriane Sizini - Substituto

Despesas	Emolumento	Recompe	TFJ	Total
	161,63	9,63	56,27	227,53

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
1º Ofício CARTÓRIO MARIA CÉLIA
Selo Número: BNO03037
Código: 1234.5142.0387.9992
Total de atos: 157 Emol: 171,26 TFJ: 56,27 Total: 227,53
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Bel. Márcia Edriane Sizini
Oficial Substituta

CARTÓRIO MARIA CÉLIA
CNPJ 17.314.698/0001-12
Maria Célia Botelho Cunha Vieira
Oficial (a) de
Registros Públicos

Rua Moraes Carvalho, 590 - Centro
CEP 35.230-000
RESPLENDOR - MINAS GERAIS

CARTÓRIO MARIA CÉLIA Botelho Cunha Vieira
Oficial (a) de Registros Públicos
RUA MORAIS DE CARVALHO, 590 - CENTRO
CEP 35.230-000
RESPLENDOR - MINAS GERAIS



EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

Cópia Xerox Autenticada
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 21.081.088/0001-93
Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 12 de setembro de 2017

em test. _____ da verdade,

Tabellão: Bel. Adilson Junior
Joselina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

28.08.2017

DATA: No vigésimo oitavo (28) do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezessete (2017), **HORA:** às vinte horas (20h), em segunda convocação, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os associados em dia com suas obrigações sociais que adiante assinam esta ata. Assumiu a presidência dos trabalhos **ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS** Presidente da entidade secretariada por **LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA**. – Aberta a sessão após verificação do quórum a Presidente apresentou a **ORDEM DO DIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** conforme consta do **Edital de Convocação datado de 19.08.2017** afixado na sede da entidade com a ordem do dia: **1) Reforma integral do Estatuto Social; 2) Eleição e Posse de Diretoria e Conselho Fiscal, cujo mandato de quatro (04) anos vence em 01.10.2017. – DELIBERAÇÕES:** 1) A Presidente relatou o recebimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) quanto ao processo de renovação exigências com relação ao ESTATUTO SOCIAL para alterações no quadro de associados e extinção do objetivo de TV cidadania, exigência por eles fundamentada na Portaria 4334/2015, assim houve-se por bem proceder reforma integral do Estatuto Social para cumprimento das exigências e necessidade da associação anteriormente verificadas. – Após leitura e discussão a *assembleia deliberou* pela reforma do Estatuto Social que foi lido artigo por artigo e achado conforme foi aprovado por unanimidade composto de 36 – trinta e seis artigos; 2) Em seguida a Presidente passou a eleição e posse dos novos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal nos moldes do novo Estatuto Social diante da concordância da atual Diretoria e Conselho Fiscal visto que o mandato encerrará em 01.10.2017 ficando eleitos para mandato de **quatro (04) anos** a iniciar-se nesta data e termino em **28.08.2021**, os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal adiante nominados e devidamente empossados: –



DIRETORIA EXECUTIVA	
PRESIDENTE	ELIAS DE NADAI Brasileiro, casado, contador, RG nº M-1.128.979 SSP/MG, CPF nº 290.880.386-00, Rua Alfredo Lopes da Silva, nº 231 – centro – CEP 35.230- 000 / Resplendor-MG
VICE PRESIDENTE	MIRAULENE MARQUES DE CARVALHO Brasileira, casada, empresária, RG- MG-3.233.648

Raus



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ: 21.081.088/0001-93

Comarca de Resplendor - Minas Gerais

Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.

Resplendor-MG 12 de setembro de 20 11

Em test. _____ da verdade,

Tabellão: Del. Adelson Junior

Joselina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EMOL: R\$ 4,80

TFJ: R\$ 1,49

TOTAL: R\$ 6,29

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG



	/PCMG, CPF nº 542.850.626-15, Córrego do Cascalho, Zona Rural – CEP 35.230- 000 Resplendor-MG
SECRETÁRIA	TEREZA MARIA DE CARVALHO SIMÕES Brasileira, viúva, professora aposentada, RG nº M-1.009.124-SSP/MG, CPF nº 406.751.306-20, Avenida Olegário Maciel, nº 346 – Centro – CEP 35.230- 000 / Resplendor-MG
TESOUREIRA	ELVIRA JANUARIA DA SILVA Brasileira, solteira, professora, RG MG 1.345.975/PCMG, CPF nº 370.742.886-91, Rua Nossa Senhora do Mont Serrat nº 106 – centro – CEP 35.230- 000 / Resplendor-MG
CONSELHO FISCAL	
CONSELHEIRA TITULAR PRESIDENTE	LUCIANA CONCEIÇÃO SICUTTI E SOUZA Brasileira, casada, advogada, RG nº MG-6.440.086 SSP/MS, CPF nº 945.247.776-87, Rua Delvano Antônio da Silva, nº 231 – Bairro São Vicente – CEP 35.230- 000 / Resplendor-MG
CONSELHEIRA TITULAR	LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA Brasileira, casada, do lar, RG MG-17.374.891/SSPMG, CPF nº 025.033.516-62, Avenida Olegário Maciel, nº 211 – Centro – CEP 35.230- 000 / Resplendor-MG
CONSELHEIRA TITULAR	ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS Brasileira, casada, do lar, RG nº MG-2.908.295-SSP/MG, CPF nº 388.430.216-72, Rua Nossa Senhora do Mont Serrat, nº 80 – centro – CEP 35.230- 000 / Resplendor-MG
CONSELHEIRA SUPLENTE	RAQUEL DE ANDRADE PUCCINI VENTURIM Brasileira, casada, do lar, RG nº M-2.829.921-SSP/MG, CPF nº 026.702.196-83, Rua Antônio Fontes Tavares, nº 60 – Centro – CEP 35.230- 000 / Resplendor-MG



Na sequência a Presidente revogou as disposições contrárias e anteriores. – **APROVAÇÃO:** Nada mais havendo a tratar a Presidente suspendeu a assembleia para lavratura da presente ata que depois de digitada foi lida e aprovada segue assinada por mim Lucia Helena Monteiro Borba. **LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA** – Secretária, Presidente e demais associados presentes.

ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS
Presidente



CARTÓRIO MARIA CÉLIA
Maria Célia Botelho Cunha Vieira - Oficial
RUA MORAIS DE CARVALHO, 590 - CENTRO
Resplendor - MG - Fone: (33) 3285-1335
Código: 6365.8172.4568.5055
Cid. 1 2 3 6

PROTOCOLO Nº 7311 REG Nº 2378 - LIV 27-A - PÁG 59 - AV Nº 1
Resplendor, 08 de Setembro de 2017,
Márcia Edriane Sizini - Substituto

Despesas	Emolumento	Recompa	TFJ	Total
	112,85	6,75	40,07	159,67

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
1º Ofício CARTÓRIO MARIA CÉLIA
Selo Número: BNO03027
Código: 6365.8172.4568.5055
Total de atos: 6 / Emol: 119,60 TFJ: 40,07 Total: 159,67
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Bel. Márcia Edriane Sizini
Oficial Substituta

CARTÓRIO MARIA CÉLIA
CNPJ 17.314.698/0001-12
Maria Célia Botelho Cunha Vieira
Oficial (a) de
Registros Públicos

Rua Morais Carvalho, 590 - Centro
CEP 35.230-000
RESPLENDOR - MINAS GERAIS



Cópia Xerox Autenticada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 21.081.088/0001-93
Comarca de Resplendor - Minas Gerais
Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos
do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.
Resplendor-MG 12 de Setembro de 2017
em testº, _____ da verdade,

Tapelluo: Del. Adelson Junior

EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

Josefina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 - Centro - CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

ANA MARIA GOMES MARTINS

Ana Maria Gomes Martins

ELIAS DE NADAI

ELVIRA JANUARIA DA SILVA

Elvira Januária da Silva

LEOMAR BINDACO

Leomar Bindaco

LEONARDO TOMAZ DE SOUZA SANTOS

Leonardo Tomáz de Souza Santos

LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA

LfM Borba.

LUCIA MARIA CANDIDO GARCIA GOMES

Luciana Garcia Gomes

LUCIANA CONCEIÇÃO SICUTTI E SOUZA

Luciana

MANOELA SANTANA DA COSTA

Manoela Santana da Costa

MIRAULENE MARQUES DE CARVALHO

Miraulene Marques de Carvalho

NEDIR SIMÕES PEREIRA

Nedir Simões Pereira

RAQUEL DE ANDRADE PUCCINI VENTURIM

Raquele Puccini Venturim

RENATO BALDON QUERUBINO TERRA

Renato B. Q. Terra

TEREZA MARIA DE CARVALHO SIMÕES

T. Simões

WILLIAN CIRIACO ROSA DA SILVA

Willian C. Rosa da Silva





CARTÓRIO MARIA CÉLIA Maria Célia Botelho Cunha Vieira - Oficial RUA MORAIS DE CARVALHO, 590 - CENTRO Fone: (33) 3263-1335 Código: 5101-0 6201-8 8101-8 Total Out: 1 2 3 4				
PROTOCOLO Nº 7312 REG Nº 2378 - LIV 27-A - PÁG 62 - AV Nº 2 Resplendor-MG, 08 de setembro de 2017. Márcia Edriane Sizini - Substituto				
Despesas	Emolumento	Recompa	TFJ	Total
	102,01	6,11	36,47	144,59
Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça 1º Ofício CARTÓRIO MARIA CÉLIA Selo Número: BNO03033 Código: 0535.0755.6146.4478 Total de atos: 4 / Emol: 108,12 TFJ: 36,47 Total: 144,59 Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br				

Bel. Márcia Edriane Sizini
Oficial Substituta

CARTÓRIO MARIA CÉLIA CNPJ 17.314.698/0001-12 Maria Célia Botelho Cunha Vieira Oficial (a) de Registros Públicos Rua Morais Carvalho, 590 - Centro CEP 35.230-000 RESPLENDOR - MINAS GERAIS
--



Cópia Xerox Autenticada
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 21.081 088/0001-93
Comarca de Resplendor - Minas Gerais
Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.
Resplendor-MG 12 de setembro de 2017
em testº _____ da veridade.

EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

Josefina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA

ATA DE ATUALIZAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Aos vinte e nove (29) dias do mês junho (06) do ano de dois mil e dezessete (2017), às dezenove horas (19h) na sede da entidade, reuniram-se a Presidente **ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS**, secretariada por **LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA**. - Iniciada a reunião a Presidente agradeceu a presença dos representantes das entidades presentes que vieram em atendimento ao convite divulgado na emissora de radio comunitária para participarem do Conselho Comunitário completando as cinco (05) entidades, em razão de que as entidades participantes: ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA RESPLENDOR CARCARAS - C. R. C, CONSELHO PARTICULAR SÃO PAULO DE RESPLENDOR DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO e JUVENTUDE UNIDA SÃO VICENTE DE PAULA - JUSP não fizeram eleição em tempo hábil conforme seus Estatutos Sociais. - Em seguida determinou a conferência da documentação (Estatuto Social, Cartão de CNPJ e Ata de Eleição e Posse atualizada da Diretoria) para verificação de legalidade das instituições como entidade civil sem fins lucrativos e legitimidade do representante legal, portando novamente há a legalidade do mínimo de cinco (05) entidades da comunidade local, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, comprovadamente constituídas e registradas. - A Presidente expos aos presentes a importância e o papel do conselho na forma da Lei 9.612/98 para acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos pelo art. 4º da Lei 9.612/98, nessa ocasião foi entregue cópia da Programação e o esclarecimento da obrigatoriedade de avaliação anual da Grade de Programação pelos conselheiros comunitários considerando as finalidades legais do Serviço e encaminhar sempre que solicitado o relatório resumido nele inserido a grade de programação. - Aos conselheiros foi dada a palavra que usaram para sanar duvidas existentes entre outras: a) o conselho não tem prazo de mandato, somente seus representantes atuam pelo tempo de seu mandato à frente da instituição que representam; b) não há qualquer remuneração pelo exercício de suas atividades; c) não respondem solidariamente nem subsidiariamente pelos atos e obrigações assumidas nem ativa ou passivamente. - Em seguida a Presidente leu a nova formatação do Conselho conforme abaixo:



ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS MÃOS DO POVO AAMAP / 02.943.115/0001-45	02 anos
MARLI MARIA DE OLIVEIRA	22/12/2017
ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA RESISTENCIA E CULTURA NEGRA / A.C. R.C.N / 18.656.842/0001-61	05 anos
JOZIMAR EDUARDO DE OLIVEIRA	12/12/2017
ASSOCIAÇÃO DO RECANTO DA DIGNA IDADE FREI JAIME MARIA LLAGOSTERA RECANTO DA DIGNA IDADE / 08.363.387/0001-52	04 anos
MARCIO DOS SANTOS MOREIRA	09/12/2018
ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS E AMADORES RESPLENDORENSE / APERDORÉ / 11.177.739/0001-90	02 anos
RUDIO OLIVEIRA DOS SANTOS	08/06/2019
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO BAIRRO EUCALIPTO / ADECEU 03.150.214/00001-32	02 anos
MARIA IZAIAS PEIXOTO DE MEDEIROS	28/04/2018

Dando por encerrada a reunião, os membros do Conselho assinam a ata e em reunião a parte seguem na análise da grade de programação e respectivo relatório.

Resplendor, MG 29 de junho de 2017.

ROSANGELA APARECIDA BERÇAN CAUS

Presidente

LUCIA HELENA MONTEIRO BORBA

Secretária

**ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS MÃOS DO POVO
MARLI MARIA DE OLIVEIRA**

**ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA RESISTENCIA E CULTURA NEGRA
JOZIMAR EDUARDO DE OLIVEIRA**

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

Permanente
**ASSOCIAÇÃO DO RECANTO DA DIGNA IDADE FREI JAIME
MARIA LLAGOSTERA RECANTO DA DIGNA IDADE**

MARCIO DOS SANTOS MOREIRA

Rúdio Oliveira dos Santos

**ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS E AMADORES
RESPLENDORENSE**

RUDIO OLIVEIRA DOS SANTOS

x Maria Izaias Peixoto de Medeiros
**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DO
BAIRRO EUCALIPTO**

MARIA IZAIAS PEIXOTO DE MEDEIROS

*Aluis
LHMZola*

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

**CONSELHO COMUNITÁRIO
RELATÓRIO ANUAL
EXERCÍCIO 2016****COMPOSIÇÃO ATUALIZADA:**

ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS MÃOS DO POVO AAMAP / 02.943.115/0001-45
MARLI MARIA DE OLIVEIRA
ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA RESISTENCIA E CULTURA NEGRA / A.C. R.C.N / 18.656.842/0001-61
JOZIMAR EDUARDO DE OLIVEIRA
ASSOCIAÇÃO DO RECANTO DA DIGNA IDADE FREI JAIME MARIA LLAGOSTERA RECANTO DA DIGNA IDADE / 08.363.387/0001-52
MARCIO DOS SANTOS MOREIRA
ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS E AMADORES RESPLENDORENSE / APERDORE / 11.177.739/0001-90
RUDIO OLIVEIRA DOS SANTOS
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO BAIRRO EUCALIPTO / ADECEU 03.150.214/00001-32
MARIA IZAIAS PEIXOTO DE MEDEIROS

GRADE DE PROGRAMAÇÃO:

SEGUNDA À SEXTA-FEIRA		
05h	SERTANEJÃO 1ª Edição	Musical sertanejo e regional, Hora certa, divulgação das atividades das entidades locais, utilidade publica.
06h	AMANHECER COM JESUS	Mensagem do dia com oração, transmitindo a paz e a harmonia a todos da comunidade e das famílias.
07h	INFORMATIVO 1ª EDIÇÃO	Informativo geral, c/ as principais notícias do dia, economia, cultura, comunidade, município, região e boletim meteorológico.
08h	BOM DIA COMUNIDADE	Programação Musical, com participação do ouvinte por telefone, com prestação serviços à comunidade, hora certa, giro de notícias, informativo meteorológico, mensagem do dia, divulgação de atividades locais, notícias locais.
11h	CONTIGO ESTOU	Momento de valorização pessoal para controle do equilíbrio emocional e resgate da vida em família e comunidade.
12h	INFORMATIVO 2ª EDIÇÃO	Noticiário c/ as principais notícias do dia, informativo econômico, cultural, ilustrado com notícias e reportagens da comunidade, do município, região,



ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

		estado e nacional, entrevistas e boletim meteorológico.
13h	CLUBE DO OUVINTE	Variedade musical, nele o ouvinte interage por telefone, e-mail e inserido os quadros: prestação de serviços à comunidade, hora certa, giro de notícias, boletim meteorológico, parabéns a você, dicas de saúde, para donas de casa, boas maneiras, de beleza, curiosidades, vida em comunidade – divulgação das atividades das entidades locais, notícias locais.
17h	SERTANEJÃO 2ª Edição	Musical Sertanejo e regional, utilidade publica, participação do ouvinte e hora certa.
19h	VOZ DO BRASIL	Programa Obrigatório com informações dos poderes executivo, judiciário e legislativo.
20h	AUTOMATICO 87.9	Musical variado e hora certa.
SÁBADO		
05h	SABADÃO SERTANEJO	Musical sertanejo e regional, hora certa.
06h	NOVA MANHÃ	Mensagem do dia, com oração, com mensagem de amor, paz e harmonia, musical para meditação.
07h	INFORMATIVO 1ª Edição	Noticiário rápido apenas c/ pequenos tópicos das principais notícias locais e nacionais, apresenta para os ouvintes as principais notícias de interesse da comunidade, boletim meteorológico.
07h10	ENCONTRO MARCADO	Assuntos diferenciados e específicos sobre temas variados e atuais, participação do ouvinte.
08h	SABADO JOVEM	Musical Jovem, com participação do ouvinte, com sorteio de brindes, mensagem do dia, hora certa e informações variadas.
11h	ESPECIAL MUSICAL	Cada sábado um especial diferente.
14h	SABADO VIDA	Programação Musical, participação musical, alegria, levando paz aos ouvintes
17h	INFORMATIVO 2ª Edição	Noticiário rápido apenas com pequenos tópicos das principais notícias locais e nacionais.
17h10	SERTANEJO ESPECIAL	Programa sertanejo com muita musica variadas, destacando a musica regional e hora certa e a prestação de serviços
19h	AUTOMATICO 87.9	Musical variado e hora certa.
DOMINGO		
05h	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	Musical variado e hora certa
07h 08h	MISSA DOMINICAL	Igreja Matriz de Santana.
08h	BOM DIA COMUNIDADE	Programa interativo que traz muita música, informação, brincadeiras, entrevistas e prestação de serviços.
11h	DOMINGO ESPECIAL	Musicalidade para hora do almoço levando paz aos ouvintes.

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG

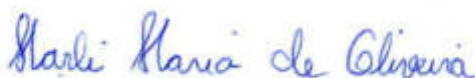
14h	DOMINGO EM FAMILIA	Musicas voltada paras as famílias, animação, participação do ouvinte, hora certa, mensagens para as famílias.
17h	AUTOMATICO 87.9	Musical variado e hora certa.

DELIBERAÇÃO:

Este Conselho vinte e nove (29) dias do mês junho (06) do ano de dois mil e dezessete (2017), às vinte horas (20h), examinou a grade de programação da rádio comunitária em decorrência do que determina a legislação e Estatuto Social e por seus membros adiante assinados delibera e relata:

- a) A emissora licenciada funciona diariamente na forma comunicada;
- b) Em relação ao conteúdo da programação verifica-se obediência e disciplina aos princípios e finalidades da lei para a qual foi criada, cumprindo os percentuais em sua programação reservados ao serviço noticioso, educacional e promovendo a cultura nacional e regional. – A programação atinge todos os segmentos da população urbana onde inserida e promove a mobilização social e o desenvolvimento da comunidade;
- c) Transmissão obrigatória da "Voz do Brasil";
- d) Não há formação de rede;
- e) Irradiação do indicativo de chamada e informe do nome de fantasia;
- f) Inserção de programas noticiosos.

Delibera-se pela **APROVAÇÃO** da programação do exercício de **2016** e os atos pertinentes de seus diretores exercidos na programação.



ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS MÃOS DO POVO

MARLI MARIA DE OLIVEIRA




ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA RESISTENCIA E CULTURA NEGRA


JOZIMAR EDUARDO DE OLIVEIRA



ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

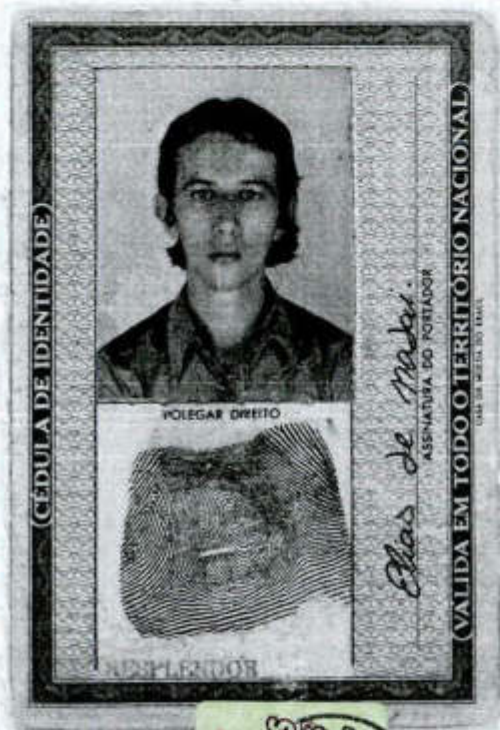
Rua Olegário Maciel, 470 – Centro – CEP 35230-000 - RESPLENDOR - MG


ASSOCIAÇÃO DO RECANTO DA DIGNA IDADE FREI JAIME MARIA LLAGOSTERA
MARCIO DOS SANTOS MOREIRA


ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS E AMADORES RESPLENDORENSE
RUDIO OLIVEIRA DOS SANTOS


ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO BAIRRO EUCALIPTO
MARIA IZAIAS PEIXOTO DE MEDEIROS





EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29

Cópia Autenticada
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 21.081.088/0001-93
Comarca de Resplendor - Minas Gerais
Autentico a presente reprodução fiel do original nos termos do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.
Resplendor-MG, 11 de setembro de 2014.
Em testº, _____ da verdade,

Joselina Scarabelli Junior
ESCREVENTE SUBSTITUTA

EMOL: R\$ 4,80
 T.F.J: R\$ 1,49
 TOTAL: R\$ 6,29



Cartão de Autenticada
 CARTÃO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
 CNPJ: 21.081.088/0001-93
 Comarca de Resplendor - Minas Gerais
 Autentico a presente reprodução fiel do original nos
 to Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.
 Resplendor-MG, de 20/11/2007.
 em test.
 Assinado: Del. Adelson Junior
 José Maria Scardelli Junior
 ESCRIVÃO SUBSTITUTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS PII-2178-4

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

 POLÍCIA DIREITO



Miraulene Marques de Carvalho Oliveira
 ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: MG-3.233.648 DATA DE EXPEDIÇÃO: 13/03/2007

NOME: MIRAULENE MARQUES DE CARVALHO OLIVEIRA

FILIAÇÃO: ALCIDES FERREIRA DE CARVALHO MARIA MARQUES DE CARVALHO

NATURALIDADE: ACARAI-MG DATA DE NASCIMENTO: 23/3/1965

DOC ORIGEM: CAS. LV-4B FL-212

VILA DE NICOLÂNDIA-MG

CPF: 542850626-15

PII-2178

NILMA G. REIS SANTOS
 ASSINATURA DO DIRETOR

2. VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

EMOL: R\$ 4,80
 T.F.J: R\$ 1,49
 TOTAL: R\$ 6,29



Comarca de Resplendor - Minas Gs.
 Autentico a presente reprodução fiel do original nos
 do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fe.
 Resplendor-MG de 20/12
 Em testº
 da veridade,

Tosellio Del. Resplendor-MG

Josefina Scardelli Junior
 ESCRIVENTE SUBSTITUTA

Cópia para Autenticação
 CARTÃO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
 CNPJ: 21.081.068/0001-93

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE MINAS GERAIS
 POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Tereza Maria de Carvalho Simões
 ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-1.099.124 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/03/2004

NOME
 TEREZA MARIA DE CARVALHO SIMOES

FILIAÇÃO
 JOSE ANCHIETA DE CARVALHO
 SILVIA RODRIGUES DE CARVALHO

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
 MURIAE-MG 9/8/1941

DOL. ORIGEM CAS. LV-13 FL-262
 RESPLENDOR-MG

CPF 406751306-20

PII-1384
 ASSINATURA DO DIRETOR
 LEIN 7116 DE 25/08/83 2.VIA

EMOL: R\$ 4,80
TFJ: R\$ 1,49
TOTAL: R\$ 6,29



Cópia Anexa Autenticada
CARTÃO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 21.081.088/0001-93
Comarca de Resplendor - Minas Gerais
Autentico a presente reprodução fiel do original nos
do Artigo 2 do Decreto Lei 2148 de 24/04/40. Dou fé.
Resplendor-MG 12 de fevereiro de 20 17
Em teste da verdade,
Assinatura: Del. Adilson Junior
Jocelyna Scarabelli Junior
ESCRIVENTE SUBSTITUTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

 POLÍCIA DIRETO



Elvira Januária da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	MG-1.345.975	DATA DE EXPEDIÇÃO	30/01/2015
NOME	ELVIRA JANUARIA DA SILVA		
FILIAÇÃO	MARIA FRANCISCA DA SILVA		
NATURALIDADE	ITABIRA-MG	DATA DE NASCIMENTO	13/10/1952
DOC. ORDEM	NASC. LV-13 FL-197		
CPF	370742886-91		
PII-1384	LETICIA ALESSI MACHADO ROGÊDO ASSINATURA DO DIRETOR		3.VIA
LEI N 7.116 DE 29/08/83			



Ao
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA - CGRC
EXPLANADA DOS MINISTÉRIOS- BLOCO R, SALA 307 ANEXO OESTE - 3º ANDAR
CEP- 70044-900- BRASILIA - DF-



(ETIQUETA OU CARRASCO Nº)

REM: ASSOCIAÇÃO MARIA, RAINHA DA PAZ
RUA OLEGARIO MACIEL Nº 470- CENTRO
CEP- 35230-000- RESPLENDOR-MG-

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.151.511/0001-77 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/04/1996
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO MARIA RAINHA DA PAZ			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R OLEGARIO MACIEL		NÚMERO 470	COMPLEMENTO
CEP 35.230-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RESPLENDOR	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **19/01/2018** às **14:28:43** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO MARIA, RAINHA DA PAZ

CNPJ: 01.151.511/0001-77

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:30:59 do dia 19/01/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/02/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.001359/2014 Localidade / UF: RESPLENDOR/MG
Entidade: ASSOCIACAO MARIA RAINHA DA PAZ
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Elvira Januária da Silva	370.742.886-91	Tesoureiro	28/08/2017 28/08/2021	
Tereza Maria de Carvalho Simões	406.751.306-20	Secretário	28/08/2017 28/08/2021	
ELIAS DE NADAI	290.880.386-00	Presidente	28/08/2017 28/08/2021	
Miraulene Marques de Carvalho Oliveira	542.850.626-15	Vice-Presidente	28/08/2017 28/08/2021	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº 53000.001359/2014-74
Localidade: Resplendor/MG
Entidade: Associação Maria Rainha da Paz

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 02
 - 1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 10/01/2014
 - 1.2) Tempestividade: Abrangida pela Lei nº 13.424/2017 (art. 6-B, §6º).
- 2) Estatuto Social: fl. 03 a 26 (2239191) - registrado
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2, I
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 4, I
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 5, V
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 5, I
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 15
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 a 20
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 22
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 29/30

3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 27 (2239191) ? registrada
Mandato de 28/08/2017 a 28/08/2021

Presidente: Elias de Nadai
Vice-Presidente: Miraulene Marques de Carvalho
Secretária: Tereza Maria de Carvalho Simões
Tesoureira: Elvira Januária da Silva

4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 40 a 44 (2239191)

5) CNPJ: (2588190)

6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 01 (2588193)

7) Declaração de conformidade: fl. 89

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 33 a 39 (2239191)

9) Endereço: OK

*****CONCLUSÕES:**

- Após consulta ao sítio do Anatel, constatou-se a inexistência de débitos.
- A entidade não possui vínculos.
- Processo instruído.
- Será elaborado e-mail solicitando informações à CGFI acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos.

Luciana Pimentel Chaves

Data de Envio:

19/01/2018 14:41:40

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor / MG (processo nº 53000.001359/2014-74), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária


Zimbra

natalia.froemming@mctic.gov.br

Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

De : Leandro Pedro de Lima
<leandro.lima@mctic.gov.br>

Seg, 22 de jan de 2018 20:08

 1 anexo

Assunto : Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Para : MCTIC <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Cc : lilian misquita <lilian.misquita@mctic.gov.br>, Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

Boa noite.

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Resplendor/MG.

Att,

Leandro Pedro de Lima

Agente de Telecomunicações e Eletricidade.
Serviço de Degravação - SEDEG
Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas - CGFI
Tel: 61-2027-5350



De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "lilian misquita" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "leandro lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Sexta-feira, 19 de janeiro de 2018 14:41:41

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor / MG (processo nº 53000.001359/2014-74), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



SRD - ASSOCIACAO MARIA, RAINHA DA PAZ.pdf

326 KB



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA NOITE

Leandro Pedro de Lima

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF:	MG	Distrito:	
Município:	Resplendor	Sub Distrito:	
Canal:	200	Local Especifico:	
Fase:	3		

Dados da Entidade

Entidade:	ASSOCIACAO MARIA, RAINHA DA PAZ	CNPJ:	01.151.511/0001-77
Nome Fantasia:		Bairro:	CENTRO
Logradouro:	RUA OLEGARIO MACIEL	Número:	470
Telefone:	Não Informado	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:	01151511000177	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	ASSOCIACAO MARIA, RAINHA DA PAZ	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil				
Número do CEP:	35230000	Logradouro:	RUA OLEGARIO MACIEL		
Número:	470	Complemento:		Bairro:	CENTRO
Município:	Resplendor	Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:		Fax:			

Endereço de Correspondência

País:	Brasil				
Número do CEP:	35230000	Logradouro:	RUA OLEGARIO MACIEL, 470		
Número:	s/n	Complemento:		Bairro:	CENTRO
Município:	Resplendor	Distrito:	Resplendor	SubDistrito:	
Telefone:		Fax:		E-mail:	

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:	03/02/2004	Data Limite Instalação:	03/08/2004
Número do Processo:	537100004081999	Fistel:	50011849169
Caixa:		Sequência:	

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	54		Portaria	MC		17/01/2002	28/01/2002	Autoriza Executar Serviço
	37546		ATO	SCM		08/07/2003	09/07/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM
	129		Decreto Legislativo	CN		02/02/2004	03/02/2004	Deliber. do C. Nacional
	43464		ATO	SCM		25/03/2004	30/03/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM

☐ Característica da Estação Instalada

>> Endereços

☐ Estação Transmissora

Endereço

País:	Brasil			
Cep:	35230000	Logradouro:	RUA OLEGARIO MACIEL, 470	
Número:	.	Complemento:	Bairro:	CENTRO UF: MG
Município:	Resplendor	Distrito:	SubDistrito:	

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude:	19S190984	Longitude:	41W144632	Raio:	37
-----------------------------	-----------	-------------------	-----------	--------------	----

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude:	19S193600	Longitude:	41W152100
Distância ao Centro do Município:		Km	
Azimute:	(Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)		

Informações da Estação

Cota Base Torre:		m
Raio da Área de Serviço:	1	km

☐ Estúdio Principal

País:	Brasil			
Cep:	35230000	Logradouro:	RUA OLEGARIO MACIEL, 470	
Número:	.	Complemento:	Bairro:	CENTRO UF: MG
Município:	Resplendor	Distrito:	SubDistrito:	

» Estação Principal

☐ Antena Principal☐ Transmissor Principal☐ Linha Transmissão

» Potência Efetiva Irradiada

☐ Potência Irradiada

» Número do Processo e Observações Gerais

☐ Num. Processo/Observações☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade:	ASSOCIACAO MARIA, RAINHA DA PAZ - CNPJ/CPF(01.151.511/0001-77)		Situação:	Entidade não possui débitos	
Município/UF:	RESPLENDOR/MG		Canal:	200	
Indicativo:	ZYT471				
Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim	X	
Domingo ▼	Sábado ▼	05:00 ▼	24:00 ▼	X	

Tela Inicial	Imprimir
--------------	----------



Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 17 DE JANEIRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
39	53670.000058/99	Associação Comunitária Vila Alzira	Aparecida de Goiânia/GO
40	53650.002798/98	Associação Comunitária dos Moradores e Pescadores da Vila Mariano	Bananú/CE
41	53710.001144/98	Associação Comunitária Cultural de Tocantins	Tocantins/MG
42	53710.000370/99	Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Interativa	Serra do Salitre/MG

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
43	53103.000100/99	Associação Comunitária de Radiodifusão FM Comunitária de Tracunhaém-PE	Tracunhaém/PE
44	53103.000225/99	Associação Cultural de Taquaritinga do Norte	Taquaritinga do Norte/PE
45	53710.000748/99	Associação de Promoção Cultural, Educacional, Esportiva e de Lazer do Município de Itinga-MG	Itinga/MG
46	53710.001580/99	Associação de Difusão Comunitária Cultural de Paracatu-MG	Paracatu/MG

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
47	53720.000266/99	Fundação Maternidade Antenor Freitas Abreu	Palmeirândia/MA
48	53650.002495/98	Fundação Beneficente Rosal da Liberdade	Redenção/CE
49	53710.001636/98	Associação Comunitária Nhã - Chica de Radiodifusão	Baependi/MG
50	53710.001502/98	Associação Comunitária de Rádio do Alto São Francisco	Martinho Campos/MG

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
51	53780.000127/98	Associação Rádio Comunitária FM Tangará - Um Bem a Serviço da Comunidade	Tangará-RN
52	53830.001668/98	Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro do São Bernardo - Campinas	Campinas/SP
53	53710.000252/99	Associação Comunitária Manguense de Cultura e Arte	Manga/MG
54	53710.000408/99	Associação Maria, Rainha da Paz	Resplendor/MG

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
55	53690.000005/00	Associação Comunitária Cuiabana, para Cultura e Defesa Ambiental-ACUDAM	Cuiabá/MT
56	53103.000853/98	Associação Comunitária dos Vaqueiros do Alto Sertão	Serrita/PE
57	53740.001017/98	Associação da Rádio Comunitária de Sertãozinho	Sertãozinho/PR
58	53710.001517/98	Associação Comunitária Pedralvense de Radiodifusão	Pedralva/MG

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
59	53710.000133/99	Rádio Comunitária Indianova - FM	Indianópolis/MG
60	53740.001038/98	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Labato	Labato/PR
61	53665.000001/99	Associação Comunitária dos Amigos de Monte do Carmo-TO	Monte do Carmo/TO
62	53720.000658/99	Fundação Assistencial Educacional Monsenhor Baccellar - FAEMB	Morros-MA

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
63	53710.001341/98	Associação dos Moradores de Córrego Fundo de Cima	Córrego Fundo-MG
64	53710.000047/99	Associação Cultural Comunitária Montessionense de Radiodifusão	Monte São/MG
65	53760.000538/98	Fundação Cidadania	José de Freitas/PI
66	53670.000551/98	Associação Comunitária e de Defesa do Ecossistema da Bacia do Rio Araguaia - Aruanã-GO	Aruaná/GO

PIMENTA DA VEIGA

(Of. El. n.º 24/2002)

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 359, DE 25 DE JANEIRO DE 2002

Declaração de Cumprimento de Obrigações de Universalização por Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, apresentada pela Telecomunicações do Espírito Santo S/A - TELEST.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, art. 35, do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 7 de outubro de 1997, e art. 23 a 26 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, decidiu, por meio do Circuito Deliberativo n.º 255, de 25 de janeiro de 2002, submeter a comentários do público em geral, até às 24h do dia 1.º de março de 2002, nos termos do art. 45 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução n.º 270, de 2001, a Declaração de Cumprimento de Obrigações de Universalização por Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, referentes a dezembro de 2003, apresentada e denominada pela Telecomunicações do Espírito Santo S/A - TELEST "Declaração de Cumprimento Antecipado das Obrigações de Universalização previstas para 31/12/2003", na forma do Anexo a esta Consulta Pública.

Respalda a presente Consulta Pública:

I - o Regulamento para Declaração de Cumprimento de Obrigações de Universalização por Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, aprovado pela Resolução n.º 280, de 15 de outubro de 2001, em especial o disposto no seu art. 14;

II - a possibilidade de cumprimento antecipado de metas de universalização, exposta no art. 10, § 2º, do Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998.

Destaca-se, ainda, a oportunidade e conveniência de ouvir a sociedade sobre os aspectos que permitam identificar e otimizar a consecução de metas de universalização, especificamente nos Setor 09 do Plano Geral de Outorgas, considerando-se as regras estabelecidas no Plano Geral de Metas para Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Os textos completos dos documentos "Declaração de Cumprimento Antecipado das Obrigações de Universalização previstas para 31/12/2003" apresentado pela Telecomunicações do Espírito Santo S/A - TELEST estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço a seguir e na página da Anatel na Internet: <http://www.anatel.gov.br>, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As manifestações fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço na Internet <http://www.anatel.gov.br>, até as 24h do dia 1.º de março de 2002, durante o período da Consulta Pública.

Serão também consideradas as manifestações que forem encaminhadas por carta, fax, correspondência eletrônica ou telefonemas recebidos até as 24h do dia 1.º de março de 2002, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
SUPERINTENDÊNCIA DE UNIVERSALIZAÇÃO
CONSULTA PÚBLICA Nº 359 DE 25 DE JANEIRO DE 2002
"Declaração de Antecipação de Metas do Plano Geral de Metas de Universalização"
Setor de Autarquias Sul - SAUS, Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca
70070-940 - Brasília - DF
Fax: (0xx61) 312-1841
e-mail: universalizar@anatel.gov.br
Telefone: 0800-332001

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Anatel.
RENATO NAVARRO GUERREIRO
Presidente do Conselho

CONSULTA PÚBLICA Nº 360, DE 25 DE JANEIRO DE 2002

Declaração de Cumprimento de Obrigações de Universalização por Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, apresentada pela Telecomunicações de Minas Gerais S/A - TELEMIG.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, art. 35, do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 7 de outubro de 1997, e art. 23 a 26 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Re-

solução n.º 270, de 19 de julho de 2001, decidiu, por meio do Circuito Deliberativo n.º 255, de 25 de janeiro de 2002, submeter a comentários do público em geral, até às 24h do dia 1.º de março de 2002, nos termos do art. 45 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução n.º 270, de 2001, a Declaração de Cumprimento de Obrigações de Universalização por Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, referentes a dezembro de 2003, apresentada e denominada pela Telecomunicações de Minas Gerais S/A - TELEMIG "Declaração de Cumprimento Antecipado das Obrigações de Universalização previstas para 31/12/2003", na forma do Anexo a esta Consulta Pública.

Respalda a presente Consulta Pública:

I - o Regulamento para Declaração de Cumprimento de Obrigações de Universalização por Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, aprovado pela Resolução n.º 280, de 15 de outubro de 2001, em especial o disposto no seu art. 14;

II - a possibilidade de cumprimento antecipado de metas de universalização, exposta no art. 10, § 2º, do Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998.

Destaca-se, ainda, a oportunidade e conveniência de ouvir a sociedade sobre os aspectos que permitam identificar e otimizar a consecução de metas de universalização, especificamente nos Setor 09 do Plano Geral de Outorgas, considerando-se as regras estabelecidas no Plano Geral de Metas para Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Os textos completos dos documentos "Declaração de Cumprimento Antecipado das Obrigações de Universalização previstas para 31/12/2003" apresentado pela Telecomunicações de Minas Gerais S/A - TELEMIG estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço a seguir e na página da Anatel na Internet: <http://www.anatel.gov.br>, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As manifestações fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço na Internet <http://www.anatel.gov.br>, até as 24h do dia 1.º de março de 2002, durante o período da Consulta Pública.

Serão também consideradas as manifestações que forem encaminhadas por carta, fax, correspondência eletrônica ou telefonemas recebidos até as 24h do dia 1.º de março de 2002, para:

**DECRETO LEGISLATIVO**
Nº 129, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MARIA, RAINHA DA PAZ, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 54, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Maria, Rainha da Paz, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 2004
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 130, DE 2004

Aprova o ato que autoriza o CENTRO DE CULTURA POPULAR GUIMARÃES ROSA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porteirinha, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 227, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza o Centro de Cultura Popular Guimarães Rosa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porteirinha, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 2004
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 131, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA SERRANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 449, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Serrana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 2004
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 132, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA HARMONIA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 459, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Harmonia FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 2004
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 133, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO JUDAS TADEU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 465, de 22 de março de 2002, que autoriza a Sociedade Beneficente São Judas Tadeu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 2004
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 134, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE TANQUE NOVO - ACC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque Novo, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 444, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Tanque Novo - ACC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque Novo, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 2004
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 135, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE PEDRA BRANCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Branca, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 516, de 2 de abril de 2002, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Pedra Branca a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Branca, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 2004
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 136, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ESPORTE E LAZER DOS MORADORES DE CAATIBA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caatiba, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 561, de 16 de abril de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Esporte e Lazer dos Moradores de Caatiba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caatiba, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 2004
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 137, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MÉDICA EDUCACIONAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA - AMEL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 578, de 16 de abril de 2002, que autoriza a Associação Médica Educacional de Lavras da Mangabeira - AMEL a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 2004
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 138, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ESTÂNCIA VELHA - AERCOM FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 602, de 22 de abril de 2002, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 2004
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 139, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguaçu Grande, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 784, de 15 de maio de 2002, que outorga permissão à Fundação de Ar-



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

NOTA TÉCNICA Nº 2148/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.001359/2014-74.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Maria Rainha da Paz**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Resplendor / MG**, por meio da Portaria nº 54, publicada no DOU de 28/01/2002, e Decreto Legislativo nº 129, publicado no DOU de 03/02/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 03/01/2014. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 10/01/2014, à fl. 02 (0091481), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015). O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE

ASSOCIAÇÃO MARIA RAINHA DA PAZ

QUADRO DIRETIVO

Presidente: Elias de Nadai

Vice-Presidente: Miraulene Marques de Carvalho Oliveira

Secretária: Tereza Maria de Carvalho Simões

Tesoureira: Elvira Januária da Silva

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO

1	Requerimento de renovação.	X		fl. 02 (0091481)
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X		Requerimento 2239191
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls. 03 a 26 (Requerimento 2239191)
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fl. 27 (Requerimento 2239191)
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes	X		fls. 40 a 44 (Requerimento 2239191)
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		fls. 33 a 39 (Requerimento 2239191)
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	X		fl. 89 (Evento 0091481)
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel	X		fl. 01 (2588193)
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual	X		fl. 01 (2588190)
9	Relatório de apuração de infrações	X		E-mail 2598951
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2612113).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.001359/2014-74, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Resplendor / MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000408/1999 e nº 53000.001359/2014-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 30/01/2018, às 10:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/02/2018, às 13:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 15/02/2018, às 17:35, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1257670



Documento assinado eletronicamente por **Moisés Queiroz Moreira, Secretário de Radiodifusão**, em 22/02/2018, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2611908** e o código CRC **1E68E635**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.001359/2014-74

SEI nº 2611908

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53000.001359/2014-74**

Entidade: **Associação Maria Rainha da Paz**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº 53000.001359/2014-74 (conforme consubstanciado na Nota Técnica nº **2148/2018/SEI-MCTIC** - Evento SEI 2611908), no qual a Associação Maria Rainha da Paz solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor/MG, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2018, às 07:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2676584** e o código CRC **8EA11B5B**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.001359/2014-74, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Resplendor / MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000408/1999 e nº 53000.001359/2014-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53000.001359/2014-74

SEI nº 2676584

PORTARIA Nº 1036/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000408/1999 e nº 53000.001359/2014-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2683466** e o código CRC **86F4950C**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.001359/2014-74, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Resplendor / MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2683475** e o código CRC **71198802**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 28/03/2018 14:40:39
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4730521
Data prevista de publicação: 29/03/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10637887	ATO PORTARIA Nº 1031 MIN REN.rtf	1806375d05680aa7751d324bd00b27f4	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637888	ATO PORTARIA Nº 1033 MIN REN.rtf	d5a446ffdc7c61855a65dea476723d32	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637889	ATO PORTARIA Nº 1034 MIN REN.rtf	1a94e4b0f60ef6df8b78d27bd9928d66	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
10637890	ATO PORTARIA Nº 1036 MIN REN.rtf	0ef597cef342c5129350132bea35dda9	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637891	ATO PORTARIA Nº 1254 MIN REN.rtf	c3c8c1fbbbe334c4b004cb93f61c1fa47	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637892	ATO PORTARIA Nº 1257 MIN REN.rtf	31f822ffac179f06c8aac1293fbd9db5	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637893	ATO PORTARIA Nº 1258 MIN REN.rtf	a7fc226d9c37042ce36404f6692f9098	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637894	ATO PORTARIA Nº 1260 MIN REN.rtf	d332e2411a40c6d078ed7e8b23283576	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637895	ATO PORTARIA Nº 1261 MIN REN.rtf	d7d5d55768c2757e89e67c5e341ab63e	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637896	ATO PORTARIA Nº 1263 MIN REN.rtf	1c5e5bb6bdfb7550019a51623362b945	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			62,00	R\$ 2.048,48





PORTARIA Nº 1.029/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53700.001698/1998 e nº 53900.017084/2015-28, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO COMUNITÁRIA FM - AMCRC/FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Taquarussu / MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.030/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53760.000013/2001 e nº 53900.042136/2015-02, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO VALENCIANA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Valença do Piauí / PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.031/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000164/1999 e nº 53900.049739/2015-27, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FIRMINÓPOLIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Firminópolis/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.033/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000258/1998 e nº 53900.016805/2015-82, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Pedra Pintada, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itacoatiara / AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.034/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000948/1998 e nº 53900.049962/2015-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de outubro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.036/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000408/1999 e nº 53000.001359/2014-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.112/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de MOCOCA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 51 (cinquenta e um), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO ANTÔNIO BARBARÁ, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 17 (dezesete), no município de CIANORTE, estado do PARANÁ, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003060/2018-32 e da Nota Técnica nº 3057/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.116/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO SOCIEDADE LIMITADA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BONFIM, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.068671/2017-45 e da Nota Técnica nº 3326/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.254/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53780.000136/2002 e nº 53900.050321/2015-62, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de novembro de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Almino Afonso / RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.257/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000131/1999 e nº 53900.031471/2014-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Apoio Comunitário Bethel, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Aparecida de Goiânia/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.258/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.002156/1998 e nº 53900.049709/2015-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de novembro de 2016, a autorização outorgada à MOVIMENTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - MAC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Solonópole / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.260/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.001052/1999 e nº 53900.016138/2015-38, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de abril de 2015, a autorização outorgada à Associação Quinze de Agosto, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo do Rio Preto / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.001359/2014-74**

Entidade: **Associação Maria Rainha da Paz**

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 1036/2018, de 14 de março de 2018, no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Resplendor / MG, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se a cópia do processo nº 53000.001359/2014-74, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/04/2018, às 09:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2828821** e o código CRC **0ACD06CB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.001359/2014-74

SEI nº 2828821

Brasília, 05 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.001359/2014-74, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Resplendor / MG.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 24403/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANY
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro, Substituta**, em 20/06/2018, às 17:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3080861** e o código CRC **DAC9EAAF**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 24403/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.004937/2017-21 - Nº SEI: 3080861

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.001359/2014-74.**

Entidade: **Associação Maria Rainha da Paz.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/07/2019, às 17:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 04/07/2019, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 05/07/2019, às 18:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4322297** e o código CRC **CAA392D2**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.001359/2014-74, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Maria Rainha da Paz, inscrita no CNPJ nº 01.151.511/0001-77, explore pelo prazo de dez anos a partir de 03 de fevereiro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 2148/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1036/2018 de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.001359/2014-74

SEI nº 4322297

Brasília, 20 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.001359/2014-74, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Maria Rainha da Paz, inscrita no CNPJ nº 01.151.511/0001-77, explore pelo prazo de dez anos a contar de 03 de fevereiro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 2148/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1036/2018 de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34337/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, nº 53000.001359/2014-74.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/09/2019, às 12:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4654287** e o código CRC **1155F295**.